

**SR. AGNALDO:** Fazer a apresentação para dar andamento do processo.

**SR. JUNIOR:** Pessoal, boa noite. Obrigado pela presença de todos. A gente vai dar início então a mais uma reunião do COMDEMA. Quinta-feira, véspera de feriado, infelizmente, por conta da última quinta-feira ter audiência pública da LOA a gente não pôde fazer na quinta passada, nós tivemos que jogar para essa quinta-feira e coincidiu de ser véspera de feriado. Mas vamos lá. A gente tem algumas pautas importantes para discutir hoje. Então, conforme está publicado no Diário Oficial, é a 126.<sup>a</sup> reunião do COMDEMA, no dia 14 de agosto, às 18h00, aqui no Paço Municipal. As pautas são: Inicialmente, a gente vai ter a apresentação e a manifestação sobre o empreendimento Residencial Jardim Zanotta, processo 18.199/2017. Depois a gente vai falar sobre a reabertura da Alameda Saquera, uma via pública situada atrás do Parque Itaipu, depois a gente vai ter a apresentação do Ecoporto do Jardim Itamarati e aí nós vamos também deliberar sobre ele. O pessoal do SAAE daqui a pouco deve estar chegando para fazer a apresentação. O Eduardo está aqui, mas também tem mais, a Priscila acho que vem também.

Aí a gente vai também falar sobre a questão da compostagem na horta municipal, a reativação da horta municipal e a questão da compostagem. E nós temos dois últimos pontos, que são as questões que a gente vem discutindo nas Câmaras Técnicas de revisão e deliberação sobre a resolução que trata da arborização no município de São Carlos e também a revisão da deliberação do projeto e aprovação do Regimento Interno do COMDEMA, assunto, que a gente já vem discutindo nas Câmaras Técnicas. A gente chegou num texto quase pronto e aí a gente trouxe para o Conselho, para deliberação e análise desses dois tópicos. Duas informações importantes só antes da gente iniciar, a gente firmou um convênio com a Eco Noroeste, ontem nós assinamos um convênio. A gente vai receber todas as mudas e sementes que eles estão retirando nessa obra de duplicação da Washington Luís, desde o trecho de São Carlos até São José do Rio Preto. Eles doaram para nós, no Horto Municipal, para que a gente utilize em alguma área de reflorestamento aqui no município e, em contrapartida, eles vão estar investindo na reforma do viveiro, um dos viveiros de mudas que nós temos lá no Horto.

Então, além da gente receber, da readequação correta a essas plantas, as sementes, a gente também vai ter a contrapartida financeira da Eco Noroeste reformando o viveiro central principal, do lado do Horto. Então é uma conquista que a gente conseguiu, uma parceria com eles e que é importante para nós.

E hoje também nós tivemos a grata surpresa da assinatura do contrato do Plano Municipal de Arborização, a ser realizado pelo pessoal da Esalq e da USP, o professor Demóstenes é uma referência na questão de arborização urbana e eles falaram para nós o nosso Plano Municipal de Arborização. Então, também outra conquista pro município de São Carlos, muito importante na questão da preservação e qualidade de vegetação. Ok? Alguém tem alguma consideração a fazer? Algum comentário antes de a gente passar para a apresentação? Não? Então vou chamar aqui o Felipe Ronda, que vai apresentar. Fica à vontade, Felipe.

**SR. FELIPE:** Boa noite. Boa noite a todos. Meu nome é Felipe, eu sou responsável técnico pela elaboração do EIV do Loteamento Residencial de Interesse Social Jardim Zanotta. Essa já é a segunda apresentação que a gente faz, a gente fez já uma há um tempo atrás, que seria para deliberação da continuidade do processo. Já havíamos apresentado preliminarmente o EIV, anteriormente eram 607 lotes e, devido a adequação do sistema viário, foi reduzido para 406. Essa é uma imagem aérea do terreno. O EIV, ele foi desenvolvido para atender tanto o Estatuto das Cidades, como a Lei Municipal EIV e o Plano Diretor para instruir o processo de licenciamento do empreendimento no município de São Carlos.

Aqui a gente vai estar apresentando sucintamente a descrição do imóvel, caracterização do empreendimento, as áreas de influência, diagnóstico, identificação, avaliação dos impactos positivos e negativos e as medidas mitigadoras propostas. Bom, o empreendimento, ele está localizado na bacia do Córrego da Água Quente, Gente a região sudoeste do município de São Carlos, próximo a Cidade Aracy. Ele está localizado na Zona 6B, que é de ocupação controlada de média densidade. Vai ser composto por 406 lotes, é um loteamento aberto e o terreno possui 178 mil metros quadrados, 17 hectares. O acesso é que está o lote do empreendimento. O acesso, ele se dá, porque ele vai se dar pela Estrada Vicinal Manoel Nunes, a qual será denominada como Estrada Municipal Domingos Zanotta. Aqui está a região do Aracy, Antenor e aqui está o finalzinho do Córrego da Água Quente.

Bom, considerando os dados da Fundação Seade em relação a quantidade de habitantes por unidade habitacional, que dá 2,8 habitantes, a gente fez o cálculo da população estimada considerando três habitantes por residência, então a população futura estimada de 1221 pessoas.

Bom, como eu disse, o empreendimento está localizado na Zona 6B de expansão urbana. São diretrizes para Zona 6B: Controlar a ocupação do solo nesta zona como medida para a gestão do bem público, da drenagem urbana e da conservação do meio ambiente. Proteger e recuperar áreas ambientalmente frágeis. Proteger e recuperar as APP's, instituir junto aos córregos da Bacia de Santa Maria do Leme e Água Quente a Faixa Verde Complementar de 30 metros. Observar as restrições à ocupação da área de influência da Estação de Tratamento de Esgoto, que é a ECA. Prever implantar diretrizes de infraestrutura viária e de mobilidade urbana. Prever e implantar diretrizes de infraestrutura para a correta captação de água e destinação do esgoto na região do Córrego do Chibarro. Prever estruturas de drenagem capazes de suportar precipitações com período de retorno de 100 anos. Assim, são todas as diretrizes da Zona 6B, que tem várias regiões da cidade. Aqui estão mais para apresentar quais são as exigências do Plano Diretor e que o empreendimento cumpre os requisitos para tal ocupação nessa zona.

Bom, os coeficientes aplicáveis para o parcelamento do solo nesta zona, de acordo com o Artigo 163, que trata do coeficiente de permeabilidade do parcelamento do solo para fins urbanos mínimo de 30%. E o CCV mínimo de 20%. Bom, aqui está um quadro de áreas permeáveis e impermeáveis do empreendimento, lá também está apresentado no estudo o detalhamento. Bom, aqui a área mínima permeável do empreendimento é de 37,54%, então ele atende o Artigo 153. Em relação ao CCV, só considerando a área verde, eu vou mostrar onde ela fica, a gente atende o CCV. Considerando ainda o projeto de arborização viária do empreendimento esse CCV vai aumentar ainda mais, que está previsto o plantio de 556 árvores no sistema viário.

Bom, em relação a ETA e a área, que é a área de interesse ambiental, esse círculo, ele representa a ETA. Então aqui dentro da área de interesse ambiental com a ETA estão localizadas as áreas verdes do empreendimento, então vai ser loteado as áreas de interesse ambiental. Em relação a área de interesse social, a gente tem algumas áreas de interesse tipo dois mais próximas ao empreendimento, então o Jardim Zavaglia, Antenor, até algumas regiões aqui de algumas outras áreas de interesse localizada no Aracy. Bom, esse é o quadro de áreas do empreendimento, então serão 406 lotes divididos em dez quadras. O empreendimento é o projeto do empreendimento prevê a doação de 7% da área para área institucional, 4% para a patrimonial e mais 7% para sistema de lazer. Esse é o projeto do empreendimento. Então aqui a gente tem a área patrimonial, institucional, lazer. Aqui estão as áreas verdes. Aqui são lotes de uso misto e esses amarelinhos são lotes residenciais.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. FELIPE:** Isso, aqui é a área verde. Acompanha a APP e a área de interesse ambiental. Então a área verde, ela está na ETA, que também tem a diretriz que é de preservar essa região e mais a APP e a Faixa Verde Complementar. Bom, para o estudo desse projeto, foram delimitados a áreas de influência ambiental ao nível de bacia hidrográfica, a gente já apresentou um estudo de fragilidade ambiental da Bacia do Água Quente e com foco na área do empreendimento, isso já foi apresentado na reunião passada. A gente fez o estudo em cima da área diretamente afetada e da área de influência direta, que foi delimitada a partir da localização dos equipamentos públicos e comunitários, sistema viário, transporte público, que vão estar atendendo os futuros residentes.

Bom, essa é a área de influência ambiental nível de bacia. Aqui está a área de influência direta e o amarelo, área diretamente afetada. Bom, na área de influência direta a gente tem... Foram mapeados quatro equipamentos de lazer, mais cinco equipamentos de saúde e mais dez unidades de educação, entre elas escolas públicas e municipais. Em relação à segurança pública e proteção, a região, a gente sabe que existem alguns estabelecimentos que já possuem segurança privada e o empreendimento também será atendido pela Polícia Militar e pela Polícia Civil e a Guarda Municipal que já atende o município de São Carlos.

Bom, em relação... A imagem ficou muito ruim quando joga aqui, mas aqui está a área do empreendimento e aqui nessa região já existem diversos estabelecimentos comerciais e de serviços que vão estar atendendo os futuros habitantes. E, dentre os estabelecimentos, posto de combustível, supermercado, quitanda, varejão, lanchonete, farmácia, escolas, igrejas, entre outros.

Bom, o empreendimento, ele vai ser atendido pelo Sistema de Infraestrutura para Abastecimento de Água, esgotamento sanitário, energia elétrica, telecomunicações. Foram elaborados, mas ainda estão apresentados, os planos de resíduo, o empreendimento também vai ser atendido pelo sistema de coleta de resíduos. E vai ser atendido também por sistema de transporte público. Em relação ao sistema de drenagem na área limítrofe, que vai ser outro loteamento, que é hoje o Jardim Varela, já foi projetado uma bacia de retenção que vai atender os dois empreendimentos. Então o excedente disso vai ser direcionado depois para o Córrego da Água Quente, bem no finalzinho dele. Aqui está o projeto.

Bom, em relação a impermeabilização do solo, a gente fez uma estimativa considerando os canteiros de árvores que estão projetados para o sistema viário, área mínima permeável dos lotes, quando a gente vai aplicar o CT do lote, ele passa a ser de 40%, não de 30, 30 é para parcelamento do solo e 40% depois, quando implantada a residência no lote. Mais os 40% das áreas institucionais, patrimoniais, lazer, com certeza vai ser muito mais do que 40. Então a gente utilizou um parâmetro mais pessimista possível e as áreas verdes também, que vão ser totalmente preservadas, mas a gente também considerou o que a lei permite, impermeabilização de até 5%. Então, considerando o pior cenário, a gente chega nos 37,54% de áreas permeáveis.

Bom, aqui eu não vou entrar nesses detalhes. Aqui é o detalhamento daquela planilha. Bom, em relação aos impactos, os impactos negativos relevantes, temporários ou mitigáveis, dentre eles está: degradação do meio físico, que entra a impermeabilização do solo, o aumento do escoamento superficial da água, ocorrência de processos erosivos, remoção da vegetação nativa, poluição, incômodos, aumento da poluição sonora e do ar quando da implantação do empreendimento, [...] do tráfego, emissão de gases de efeito estufa, pressão sobre os serviços públicos, o aumento da demanda por água, coleta de esgoto, transporte público. Dentre eles, os equipamentos também públicos comunitários, educação, saúde e geração de resíduos.

Dentre os impactos positivos estão: a melhoria econômica, o desenvolvimento da região, geração de empregos, aumenta a arrecadação de impostos, valorização imobiliária da região, desenvolvimento da infraestrutura urbana como a implantação de novas redes de distribuição de água e esgoto, drenagem, melhoria do sistema de drenagem, melhoria do sistema viário, melhoria na qualidade ambiental e de vida, os benefícios diretos da arborização que vai ser implantada hoje em uma área não urbanizada e a dinamização da ocupação, que o adensamento populacional planejado, conforme estabelece a zona 6B. Bom, as medidas mitigadoras propostas foi: conscientização no momento da implantação do empreendimento, a conscientização de funcionários e o planejamento ambiental adequado para mitigação da emissão de material particulado, acondicionamento de destinação correta dos resíduos, demarcação e cercamento das áreas verdes um e dois incluindo APP, projeto de vegetação das áreas verdes, projeto de arborização dos passeios públicos, plantio de grama nos taludes, interligação da rede coletora de esgoto, implantação do projeto de drenagem de águas pluviais, manutenção de maquinário e o PCA, que é o Plano de Controle Ambiental da obra e o RCA, que é a elaboração dos Relatórios de Monitoramento Ambiental.

Bom, agora eu vou passar um pouquinho sobre o relatório de impacto no trânsito, que a gente desenvolveu, a gente já falou sobre ele, mas eu vou retomar. A gente fez a avaliação das principais vias de acesso do empreendimento, analisou o cenário atual e fez uma projeção do cenário futuro. Bom, aqui estão as principais vias do entorno que a Estrada Municipal Washington José Pera, Estrada Municipal Manoel Nunes e a rua Evelyn Marchetti, está dentro da área do empreendimento, que é hoje o Jardim Zanotta, que é a área onde vai ter o futuro do Loteamento Jardim Varela.

Bom, aqui estão as principais vias de acesso do empreendimento. Então a gente vai ter todo o acesso pelas vias do Cidade Aracy como através da Avenida Henrique Gregori, Avenida José Pereira Lopes, até a Estrada Municipal Washington José Pera. Aqui é a Manoel, José Pera é a de trás. Bom, em relação às linhas de transporte público, a gente mapeou duas linhas que atendem atualmente a região do empreendimento, que é a linha 60, que liga o Zavaglia com o centro e a 55, Zavaglia com Arnon de Mello. Então, os pontos de ônibus mais próximos atualmente estão localizados a 500 metros do futuro empreendimento e já está previsto a implantação de novos pontos de ônibus para atender, mais próximos, para atender os futuros habitantes.

Bom, também foram avaliadas as condições das vias. Então, atualmente, as vias, elas estão em ótimas condições, muitas delas foram recentemente pavimentadas. A gente fez uma atualização do relatório de impacto no trânsito. As avaliações de tráfego, elas foram feitas no horário pico, conforme recomendado pelo manual do DNIT, a recomendação é que seja feita de terça, quarta ou quinta-feira. Então, como que a gente fez o estudo de tráfego? A gente faz a toda, toda a contagem com o uso de drone, faz a filmagem. Bom, aqui está o vídeo do drone filmando todo o tráfego na via. A gente faz o horário do almoço e no final da tarde, que são mais para fins de avaliação, mas o válido, o horário indicado é o final da tarde. Esse é um outro no final da tarde, umas 17h, numa outra via de acesso. Depois de feita a filmagem, esses vídeos são processados num software específico. E depois, com o resultado do cenário atual, a gente modela o sistema para avaliar qual será o impacto do cenário futuro com a implantação do empreendimento. Para esses empreendimentos, como a gente sabe que terão dois, a gente fez uma em um acumulado considerando o Jardim Zanotta e o futuro depois Jardim Varela.

Bom, em relação à avaliação das interseções não sendo autorizadas, no cenário atual apresentou o nível de serviço A. Em relação às rótulas, ponto dois, também apresentou nível de serviço atual como A. Ponto 3 e Ponto 4 também nível de serviço A. Ponto cinco, que são as interseções semaforizadas. Quando a gente vai fazer a modelagem, o número aqui, ele tem que apresentar um grau de saturação menor do que um para avaliar se o semáforo ali está programado com tempo adequado ou não. Então, todos os pontos analisados com intersecção semaforizada apresentaram um número muito menor do que um. Então estão adequados também no cenário atual.

Bom, cenário futuro. Com a implantação do empreendimento também apresentou níveis de serviço A nas intersecções não semaforizadas. Foi feita a estimativa de geração de viagens considerando o horário do pico. Foram estimadas, aqui ainda está os 407 não vai dar muita diferença, como diminuiu o lote 406 o número ainda é menor, então foi estimado 415 viagens. Nível de serviço. Após a implantação do empreendimento nas intersecções não semaforizadas nível de serviço A. Nas rótulas, ponto dois, nível de serviço A. Ponto 3 e Ponto 4 também nível de serviço A. E Ponto cinco também nas intersecções semaforizadas também apresentaram grau de saturação menor do que um.

Bom, a medida mitigadora proposta no RIT foi: instalação adequada de sinalização viária dentro do empreendimento. Assegurar, em relação aos passeios públicos, assegurar a acessibilidade e a segurança para os pedestres. Os passeios, eles devem atender aos padrões de acessibilidade com piso regular, guias rebaixadas, piso tátil. É recomendada a implantação e manutenção das calçadas para segurança dos pedestres, considerando o bairro ainda em urbanização com as vias limítrofes. Em relação ao sistema viário, pavimento e implantação de pavimento em boas condições. Porém, com alguns pequenos desgastes, eles devem ser corrigidos. Sugere-se conexão eficiente das vias internas ao sistema viário já existente. Em relação ao transporte público, é necessário a reestruturação para atender a demanda futura e com possível ampliação das linhas e instalação de novos pontos de ônibus e paradas mais próximas ou dentro do loteamento. Bom, é isso. Aqui está a equipe, nossa equipe que desenvolveu os estudos para esse empreendimento. E agradeço pela atenção de todos.

**SR. JUNIOR:** Obrigado, Felipe. Eu vou pedir só para quem for perguntar, falar o nome e a entidade que representa por conta da gravação, para depois a gente conseguir elaborar a ata. Alguém tem algum questionamento a fazer para o Felipe? Paulo.

**SR. PAULO:** Paulo Mancini, da ONG Veredas. Boa noite a todos e a todos. Boa noite, Felipe. Obrigado pela apresentação. Eu quero fazer algumas considerações. A gente cria soluções ambientais que são positivas, mas às vezes, conflitam com interesses sociais. E aí, no caso que a gente notou, é que a faixa verde complementar, que é muito necessária, principalmente nessa região, qual é o problema? O sistema de lazer fica tudo junto a faixa verde complementar, que é permitido legalmente. Desculpa. [...], Renan.

**SR. RENAN:** Nesse caso, Paulinho, não. A faixa verde complementar, ela vai compor a área verde do empreendimento. O sistema de lazer, ele está localizado em outra área, bem mais distante da área verde. Então a faixa verde complementar não vai ser usado para compor o sistema de lazer, mas a área verde.

**SR. PAULO:** Agora, no empreendimento, não tem nenhuma área de lazer no meio do empreendimento?

**SR. FELIPE:** Vai ser implantado. Na verdade, vai ser destinada. O que acontece? O projeto anterior, a gente tinha ou tinha feito uma tratativa com a Prefeitura, que ia ser doada uma área de lazer um pouquinho menor e ia ser implantado todo equipamento público na área de lazer. O que aconteceu? O

pessoal da Secretaria do Meio Ambiente se queixou, falou que não, que eles não querem, que não queriam que implantasse nada e queria que doasse 7%. Então foi feita uma alteração no projeto para atender à solicitação da Secretaria do Meio Ambiente.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** E fala que ele é contido ao sistema de lazer.

**SR. FELIPE:** É, e o sistema do Jardim Zanotta, ele vai ser junto, vai ser contíguo ao do Jardim Varela. Então a gente vai ter uma área de lazer bem grande, que é 7% de um mais 7% do outro.

**SR. PAULO:** A outra pergunta. Esse outro loteamento Varela, em que estado ele está? Porque aí você falou que a lagoa de retenção vai servir para os dois, né? Então, obviamente...

**SR. FELIPE:** Ela vai ser implantada. Depois ela vai para... Depois, quando da aprovação do Varela, ela vai ser utilizada para atender ele também, mas ela já foi dimensionada para atender os dois empreendimentos. Ele ainda está em análise, o Jardim Varela. Já foram sanadas algumas solicitações, atendidas as solicitações e protocolado junto ao processo administrativo, mas ele ainda está em análise. É que esse já está mais, bem mais avançado, por isso que ele está passando antes, mas são processos separados.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Mas é o mesmo empreendedor?

**SR. FELIPE:** O empreendedor é o mesmo, mas o proprietário do terreno é outro.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É a mesma empresa do Varela e do Zavaglia.

**SR. PAULO:** Outra sugestão que eu quero fazer, inclusive depois da gente dialogar para ver a possibilidade como ocorreu, seria interessante estar constando em parecer. Como a gente está numa área que é de solo muito frágil, a área mais degradada que a gente tem aqui, do ponto de vista de degradação do solo, é a Bacia de Água Quente. Seria muito importante que toda a parte de revegetação da APP, Área de Preservação Permanente e da faixa verde complementar, fosse feita antes de começar as obras de terraplanagem.

**SR. FELIPE:** Na verdade, as áreas já estão vegetadas, já estão. Na verdade, a revegetação ela só vai ser na área de intervenção, que vai intervir para fazer a ligação das redes e vai plantar de novo. Mas já tá lá, já é muito... Tudo preservado. Então não vai ter esse tipo de problema.

**SR. PAULO:** É só os cuidados.

**SR. FELIPE:** A intervenção, ela é muito pontual e vai ser o mínimo possível, porque a gente não vai nem pegar nem a ETA, nem a APP, não vai utilizar a faixa verde complementar do sistema de lazer. E foi feito Estudo de Fragilidade Ambiental, a gente apresentou a outra reunião que você estava, o Estudo de Fragilidade Ambiental para Bacia e considerando os dois empreendimentos. Então essa área, eu acho que se a gente for pegar a Bacia de Água Quente como um todo, essas áreas estão excelentes. Elas apresentam baixa ou muito baixa fragilidade ambiental. Então ela está bem no finalzinho do córrego ali, são terrenos planos, sem ocorrência processo erosivo, a vegetação e a APP estão super bem preservadas, a gente tem uma faixa até maior do que as áreas de APP e faixa verde preservadas.

**SR. PAULO:** É curioso, não é?

**SR. FELIPE:** São áreas excelentes, excelentes.

**SR. PAULO:** Você não apresentou, não sei se vai apresentar no outro, o que vai haver de supressão vegetal na área dos terrenos e também é só lotes, né?

**SR. FELIPE:** É só lote. Eu só acho que vai ter algumas árvores isoladas, a Ana pode até falar. Sabe quantas árvores vai ser?

**SR. PAULO:** Só uma consideração de ordem geral, não tem a ver especificamente com o empreendimento, é de que assim, nós estamos aprovando bastante loteamentos, gente sabe que em São Carlos tem um déficit habitacional muito grande, especialmente para população de baixa renda. Nessa região mesmo do Aracy, nós temos problemas que eu conheça três ou quatro ocupações. Talvez umas 300, 400 famílias. E nós estamos aprovando bastante loteamento, empreendimentos, mas tudo na faixa de interesse social, mas não atende a quem mais precisa, que é faixa dois, três, agora tem até faixa quatro acho, do Minha Casa Minha Vida ou então loteamento de lotes como esse, que não está previsto nesse programa que atende, seria Faixa um.

**SR. FELIPE:** São empreendimentos de interesse social.

**SR. PAULO:** Mas não atende aquela faixa quem mais precisa. Isso que eu estou falando, não tem nada a ver com empreendimentos especificamente, mas eu acho que a gente tem que estar refletindo sobre isso. Mas enfim, eu acho que são essas as considerações. Muito agradecido.

**SRA. ANA PAULA:** Paulo, Ana Paula. São 24 indivíduos e supressão de vegetação é 5800 metros quadrados. E a questão disse que você está falando, não existe mais a Faixa um. Não sei, Douglas, se você pode... Porque ela não existe mais, a Faixa um, não existe mais para particular, a Caixa não tem mais essa faixa. Então, quer dizer, é um problema de ordem federal.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A Faixa um seria só...?

**SRA. ANA PAULA:** Até um salário mínimo.

**SR. AGNALDO:** Essa daí seria só com realmente com a participação da Prefeitura. Porque a Prefeitura tem que doar o lote porque senão não faz a ponte. Então não existe, no particular, que se chama Faixa um.

**SRA. ANA PAULA:** Chega no loteamento de interesse social, mas não na Faixa um. É que as pessoas confundem, são coisas...

**SR. PAULO:** Mas é uma coisa extremamente necessária. Como é que você [...]. Muito agradecido.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Faixa um são os apartamentos do Santa Felícia. Agora, a Secretaria de Habitação Social, ela entrou com mais duas, três áreas, que nós estamos esperando ser contemplados. Já atendeu todos os itens da Caixa, conversamos com a Caixa, já atendeu. Acreditamos que teremos mais. Então, a quantidade a gente ainda não sabe, mas foram três áreas apresentadas e uma, inclusive, na região do Aracy e duas em outro lugar. Tem a do Mosque que saiu, conseguiram e agora também tem mais outra área também, de uma outra associação, que também entrou em entidades. Se conseguir também é mais uma conquista.

**SR. JUNIOR:** Pessoal, alguém tem mais alguma dúvida?

**SRA. RITA:** Eu pedi a palavra. Meu nome é Rita Ferreira, da Associação de Moradores. Bom, só pegando aí um pouco o gancho que o Paulinho colocou. Eu entendo que não é responsabilidade de vocês, etc. Mas realmente a gente tem que pensar no desenvolvimento social como um todo e não apenas nos interesses econômicos particulares e privados. Mas realmente o que tem vindo para cá é mais nesse sentido. Mas o que eu queria tirar uma dúvida só. Apareceu no final, Felipe, obrigada, tá? É que eu vou engatando assim. Felipe, no final você fala sobre mitigação dos problemas que tem com relação ao transporte, sistema viário, etc e tal. Isso tudo quem é responsável é o Poder Público?

**SR. FELIPE:** E o empreendedor.

**SRA. RITA:** Então, não ficou claro para mim só aonde que me prende. Por exemplo, nas interfaces, ficou claro. Eu tenho um empreendimento...

**SR. FELIPE:** Como o loteamento é aberto, na fase de implantação, toda a responsabilidade é do empreendedor. Após a entrega do empreendimento, que vão ser vendidos os lotes, você entrega o empreendimento, você emite o Habite-se, entrega as vias públicas. Depois que você entregou a via pública, a responsabilidade passa a ser do Poder Público. Então é diferente quando a gente está tratando de um condomínio, que aí a continuidade da manutenção, ela passa a ser da associação de moradores, do condomínio em si. Quando a gente trata de loteamento aberto, quando você entrega as vias públicas, os equipamentos, as áreas públicas, passa a ser do Poder Público.

**SRA. RITA:** Sim, inclusive os impactos que tem no entorno com o adensamento etc. necessidade de mais saúde, educação, etc. É só para saber, poder entender um pouquinho mais sobre essa questão. Obrigada.

**SR. LAERTE:** Laerte Rigo, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos. Felipe, o Paulo Mancini pegou a palavra antes, era do tanque de retenção, vai ser compartilhado. Dentro do cronograma da obra como é que está isso? Seria uma das primeiras fases ou a primeira fase?

**SR. FELIPE:** Acho que o Douglas pode até passar isso.

**SR. LAERTE:** A gente observa as leis específicas [...] e já foi a época que não tinha que ir para onde ir, rio abaixo. O tanque de retenção, em que momento se vai ser feito? Logo no começo ou vão deixar para o final?

**SR. DOUGLAS:** Boa noite. Meu nome é Douglas, sou representante da San Marino. Nós vamos realizar os dois empreendimentos, tanto o Zanotta quanto o Varela. Em relação à fase de execução de obras, a intenção da implantação da drenagem já seguindo uma sequência do que seria próximo do início de

obras, mas pós terraplanagem. Então realizada a movimentação de terra, todos os esforços de maquinário já vão ser direcionado para, com certeza, começar a escavação e preparação do solo para poder implantar a lagoa. Vamos falar assim, mas se a gente considerar qual a primeira fase de obras? Terraplanagem, logo na sequência, drenagem.

**SR. LAERTE:** Não, é que me preocupo, não estou falando por drenagem, drenagem é algo que foi só depois. Mas o tanque de retenção é algo que a gente tem que pensar, que a hora que você tiver fazendo a terraplanagem, você vai ter as duas curvas para não poder afetar a APP, a faixa complementar. Então o direcionamento dessa água, o melhor seria já [...] se pegar um período de chuva [...]. Porque depois você [...] e retira o que você tem que retirar. Então é uma sugestão da suspensão. Pensar que todo esse processo de drenagem, que vai ser um processo de segunda fase, na terraplanagem você já consegue direcionar. Então, como sugestão.

**SR. DOUGLAS:** Com certeza, me recordo um pouco assim, dos projetos de drenagem e de terraplanagem, isso já está sendo previsto nas curvas [...] das águas pluviais, a gente já fazer a execução de obras, está sendo considerado sim.

**SR. LAERTE:** [...] coloca a drenagem, [...], um frágil engenharia, falta drenagem. Então é só isso que a gente percebe. [...] Não for feito o manejo de acordo vai sofrer processo erosivo. Então quando você transforma rural para urbano você tem que ter um poço de drenagem funcionando. Obrigado.

**SR. FELIPE:** Muito boa colocação, Laerte. É por isso que o que a gente trata dá importância e coloca como medida mitigadoras a elaboração do Plano de Controle Ambiental durante a implantação das obras e a realização do monitoramento ambiental de obras, que ele é feito contínuo, mensalmente, justamente para evitar a ocorrência de processos erosivos, o carregamento de solo do curso da água, entre outros, que a supressão seja feita, o corte de água de forma adequada. É por isso que eu acho que a gente sempre coloca e já realizamos alguns monitoramentos, que tem apresentado resultados muito, muito bons.

**SR. JUNIOR:** Mais alguém?

**SR. RENAN:** Boa noite. Renan, da APASC. Primeiro obrigado pela apresentação, acho que deu para ter uma noção bem legal. Na verdade, é uma dúvida bem rapidinho. Eu posso ter entendido errado do outro projeto que teve, que foi o Abdelnur três, que eu acho que aí do lado.

**SRA. ANA PAULA:** É o Aclimação, é um pouco mais para cima.

**SR. RENAN:** Um pouco mais para cima?

**SRA. ANA PAULA:** Foi uma foto do Google.

**SR. RENAN:** Ele é do lado do outro, que vai ter.

**SRA. ANA PAULA:** O Aclimação, cadê aqui? O Aclimação é aqui, o Varela é aqui e o Zanotta é aqui. Aclimação é do lado do Abdelnur três, esse aqui que passou na última do COMDEMA.

**SR. RENAN:** A minha dúvida é que eu lembro que eu acho que o Abdelnur descia no Aclimação. Ele tinha um divisor de águas que parte da água caía para esse lado de cima.

**SRA. ANA PAULA:** É mais ou menos aqui, aqui é o divisor, aqui cair no Água Quente e aqui cai no Água Fria. Tanto que a bacia da Aclimação é aqui.

**SR. RENAN:** A minha dúvida é se esse volume foi considerado? Como é que ficou essa situação?

**SRA. ANA PAULA:** Esse empreendimento considerou no dele pegar essa água e jogar, eu não lembro, no Água Fria.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** É outra sub-bacia, gente.

**SR. RENAN:** Então eles vão fazer o movimento para jogar.

**SRA. ANA PAULA:** Eles vão fazer o movimento para baixo, para o Água Fria.

(falas sobrepostas)

**SR. RENAN:** Minha dúvida era essa que não tinha ficado...

**SRA. ANA PAULA:** Renan, isso tudo, eles seguem as diretrizes do SAAE. A gente não pode esquecer isso.

**SR. RENAN:** Claro. Era só para entender um pouquinho como tinha ficado esse formato, que eu lembro que tinha um divisor e tal. Obrigado.

**SR. PAULO:** Paulo Mancini, da Veredas novamente. Eu queria aproveitar aqui...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Paulo, um minutinho só. Desculpa. Aqui é o divisor, está vendo? É o limite da bacia. Isso a gente fez em cima das curvas de nível do IGC.

**SRA. ANA PAULA:** Isso já teve um movimento de terra, é mais para cima, o [...].

**SR. PAULO:** Paulo Mancini, da ONG Veredas, novamente. Eu queria aproveitar essas falas, como estou com Laerte, agora o Renan complementou relacionado a drenagem para fazer uma sugestão que a gente acho que já fez outras vezes, que eu acho muito importante. Aproveitando também acho que o Eduardo Casado está aí, a Priscila do SAAE, que é de a gente abrir um debate, reuniões sobre as lagoas de retenção. Agora esse pepino está com o SAAE, de cuidar dessas lagoas de retenção. E a gente sabe já, quem acompanha a questão ambiental há muito tempo sabe a importância e o ganho que nós tivemos com a implantação desses equipamentos porque antes jogava no rio direto.

Então, mas a gente sabe que eles têm apresentado problemas, a manutenção é problemática e tem soluções hoje de fazer a drenagem sem precisar da lagoa de retenção. Então, eu queria sugerir isso, que chamasse, talvez reunião de Câmara Técnica inicialmente, trazer alguns especialistas, a gente tem especialistas em São Carlos bastante sobre esse tema para gente aprofundar e talvez até talvez colocar alguma coisa no Plano Diretor, que vai ser revisado. Porque é uma [...]. É isso, muito agradecido.

**SR. JUNIOR:** Paulo, aproveitando, o Renan também pontuou um tópico para gente discutir na próxima reunião, a gente pode inserir mais esse ponto, aí fazemos uma reunião para gente discutir essas questões. Não sei se o Eduardo quer colocar alguma coisa sobre isso?

**SR. EDUARDO:** Só complementando, Paulo. Eduardo, do SAAE. O projeto de drenagem, ele vai ser encaminhado para lá, até estava perguntando aqui quem era projetistas, como é que está essa etapa. Então a gente vai ainda analisar e, por ocasião da análise do que foi feito de projeto em cima das diretrizes dadas, a gente vai sugerir alguma implantação, a gente sempre vem sugerindo a implantação de soluções baseadas em natureza, no que couber, de acordo com a característica do empreendimento, a gente vai fazer toda a verificação de dimensionamento do reservatório de retenção porque senão, a questão da posição, localização de implantação e tudo mais, se ele tem alguma previsão de uso múltiplo, como está sendo feito. Então acho que está bem, está funcionando bem. Esse é mais um que, quando estiver em operação, vai ser feito a manutenção pelo município, então ele vai entrar na nossa lista de manutenção. A gente tem conseguido melhorar a questão de manutenção nos piscinões, dentro do que eles são, do que eles apresentam e aí a gente pensa numa próxima etapa, talvez uma melhoria. Como a gente já vem discutindo a questão de possibilidade de plantio, dos valores, das [...] e tudo mais, Eu acho que é nesse sentido. Como é novo, de repente a gente já concilia alguma coisa que couber no empreendimento [...]. Mas a gente já está tratando para tentar entregar algo melhor, tentar dar um upgrade nele ali, acho que já está nesse sentido. Não dá para ainda a gente eliminar o uso de piscinões quando a gente pensa, por exemplo, como ele tem de diretriz ali para chuvas de 100 anos, o período de retorno.

Então, as soluções baseadas na natureza que a gente vai procurar trabalhar vai ser ter um controle qualitativo de água, vai ser para uma chuva de dois, no máximo cinco, em algumas situações, se couber. O solo da região é bastante arenoso, então a gente tem que ser cauteloso quando a gente vai falar em soluções. De repente, uma enxurrada mais forte, uma chuva mais forte, a gente acaba tendo mais perdas do que ganhos, mas o piscinão dele já vai ser um piscinão parrudo, vamos dizer assim, porque ele já vai estar dimensionado para 100 anos. Então a gente vem considerando. Acho que é isso. Obrigado.

**SR. JUNIOR:** Ok. Mais alguém? Não? Podemos, então, colocar em deliberação a questão de aprovação do empreendimento? Sim? Então existe alguma objeção à aprovação do empreendimento? Alguém vota contrário à aprovação do empreendimento? Não? Então aprovado por unanimidade. Agradeço ao Felipe e vamos dar sequência então a nossa pauta. Próximo tópico da pauta, Alameda Saquera.

Só uma breve introdução para vocês sobre a questão da Alameda Saquera. Recebi da secretaria final do ano passado uma ação judicial cumprimento de sentença com uma multa diária para que fosse reaberto a Alameda Saquera. Fui tentar entender porque isso veio uma demanda lá da Secretaria de Agricultura para que o Meio Ambiente fizesse o procedimento de licenciamento junto a CETESB para reabertura da Alameda Saquera. É um processo que tramitou, salvo engano, por oito anos, na Justiça, sem que houvesse um questionamento sobre a questão ambiental. Isso eu fui até conversar com o Dr. Sérgio quando chegou para gente na secretaria, eu falei: Mas não foi discutido em momento algum a questão ambiental? Não, não foi. Simplesmente agora a gente tem uma ordem judicial, cumpra-se, com uma multa diária e aí nós fomos buscar entender o que fazer.

A Alameda Saquera é uma via pública de 1989, já existente há muitos anos, ficou um certo período sem uso. Com isso, a vegetação tomou conta e a intervenção que é necessária ser feito é uma intervenção sobre um córrego no fundo ali do Parque Itaipu. E esse é o trecho que é necessário que a gente consiga um licenciamento ambiental junto a CETESB para intervenção na vegetação, para refazer a ponte, a ponte vai ser feita ali, depois o Robson vai mostrar para vocês, uma ponte de madeira, e aí nós vamos até verificar na CETESB qual era o procedimento a ser... Se a gente poderia fazer ali pelo Via Rápida, uma vez que a intervenção é pequena, mas não, a CETESB exige que seja feito um licenciamento ambiental completo. E um dos elementos é a manifestação ambiental do COMDEMA por estar em áreas de Apren. Então por isso que a gente está trazendo essa questão pro COMDEMA, para vocês conhecerem, avaliarem, se manifestarem, porque é uma decisão judicial, cumprimento de sentença com multa diária. A gente não pode... Ordem judicial a gente tem que cumprir. Só que também nós não podemos atropelar os trâmites. E a CETESB nos retornou à consulta que nós fizemos dizendo que o licenciamento é o completo e precisa da manifestação do órgão ambiental de São Carlos, que é o COMDEMA. Então o Robson vai apresentar para vocês, mas eu só queria introduzir essa questão porque foi discutido oito anos na Justiça sem que a questão ambiental fosse sequer mencionada.

**SR. PAULO:** E na Justiça, quem eram os demandantes? Contra quem?

**SR. JUNIOR:** Paulo, eu não sei se a gente vai ter essa informação. É uma ação civil pública. O Requerente é a Associação dos Proprietários do Parque de Itaipu e o Requerido e o Município de São Carlos.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Mas esses proprietários de fazenda ali perto?

**SR. JUNIOR:** Isso. Então é o Ministério Público que está... Agora tem o cumprimento de sentença da execução da sentença da juíza que mandou reabrir a via.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Pegou fogo no ano passado.

**SR. JUNIOR:** Então o Robson vai apresentar para vocês rapidamente.

**SR. ROBSON:** Na verdade, mostrar mais as imagens aí, que o Junior já fez uma boa introdução no assunto. Mas é isso. A gente recebeu essa demanda. Como se trata de uma área rural, a secretaria, ela não tem a competência legal de fazer o licenciamento de qualquer intervenção em vegetação. Então foi necessário abrir um procedimento junto ao órgão licenciado do Estado, que é a CETESB, para ter o parecer técnico e saber certinho quais são as ações que têm que ser executadas. Para conseguir ter o parecer técnico foi necessário apresentar um projeto. Esse projeto consta no processo que foi elaborado pelo engenheiro agrônomo, que é um profissional de carreira da Prefeitura e da Secretaria hoje do Desenvolvimento Rural e Bem-estar Animal, que é o Antônio Roberto Caetano.

Então, basicamente, o que eu fiz foi só recortar as informações desse projeto, até mandei por e-mail para vocês, o Anderson encaminhou para tomar ciência um pouquinho desse projeto, então nada mais é essa apresentação vai mostrar um pouquinho do que se trata essa solicitação que foi como cumprimento de sentença. Apenas como uma localização, fica aqui mais nessa parte leste aqui do município. A Alameda Itaipu é exatamente essa estrada aqui.

**SR. JUNIOR:** Só complementando, é a estrada que vai para o Descalvado, todo mundo ali deve estar se situando, a Alameda é a Saquera é o fundo do Parque Itaipu.

**SR. ROBSON:** E dentro então, dessa determinação de abertura dessa alameda, ela foi separada, o projeto separou em dois trechos. Esse trecho um com quase 1 mil metros, o trecho dois exatamente com 1 mil metros, totalizando quase dois quilômetros de reabertura de estrada. Porém, o ponto que realmente tem o maior potencial impacto ambiental é onde envolve a questão da APP, tem essa até a ponte demarcada. E aí, já no detalhe da APP, a gente está falando de uma intervenção no bioma da Mata Atlântica. Foi caracterizado, tanto pelos técnicos da Prefeitura quanto pela própria CETESB por meio de um dado já referenciado, que se trata de uma vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. Então totalizando a ponte, esse trecho que pega a APP e de vegetação, ela tem 140 metros, que vai ter uma largura de intervenção de seis metros, totalizando 640 metros quadrados de intervenção.

Aqui é só um croqui esquemático, mostrando mais de como vai funcionar, está separado pelos trechos. Basicamente a intervenção e a APP ficam nesse miolo, onde tem esse maciço de vegetação. Um pouco de algumas imagens que foram feitas no próprio relatório, onde dá para ter um pouquinho também da noção de que a gente está falando de uma vegetação que ainda está no seu estágio inicial. Lembrando que não é dentro do APP em si, era realmente uma antiga estrada. E aí, com isso, a vegetação vai se

restabelecendo, mas ainda no seu tempo, numa condição natural. Então, algumas imagens para comprovar. Aí tem um pouquinho de como era a antiga ponte, na leira dá para ver, sei lá, uma vegetação ainda bem arbustiva herbácea, se desenvolvendo mais, nesse estágio ainda de regeneração. Aí mais um pouquinho, aqui a gente consegue ver algumas árvores, alguns exemplares, mas que pelo porte, pelo DAP dela, pelo diâmetro do tronco em si, também caracteriza ainda como estágio inicial.

Então, numa visão geral, num recorte, a gente tem uma vegetação de pequeno porte, totalizando em toda a intervenção. A ideia em si é fazer toda a limpeza dessa área para permitir com que haja uma implementação e abertura dessa alameda, com uma pequena inclinação para permitir a questão da drenagem e não acúmulo de água na alameda. A ponte em si, ela vai ser de madeira, vão ser pranchas, toras. Ela vai ter a ponte em si, oito metros de comprimento e dentro da largura de 4,5, ela dá uma pequena afunilada nesse trecho que passa realmente em cima do corpo hídrico.

E aí é só um recorte no documento encaminhado para vocês, foi encaminhado o parecer da CETESB, onde mostra no detalhe essa questão de intervenção, de maciço, de como tudo que foi considerado, mas na conclusão final, a CETESB não tem e não vê nenhum óbice para esse tipo de intervenção, não tem nenhum problema, desde que a gente atenda algumas exigências. E a principal dessa exigência é: por se tratar de uma área de Apren, a gente está numa área rural, mas é uma área que envolve Apren, a gente precisa ter, então, um parecer do Conselho aqui, do COMDEMA, que é o órgão deliberativo sobre o assunto, sobre essas intervenções. Lembrando, acabei colocando aqui no final, eu não trouxe ainda o projeto da compensação ambiental, porque a gente ainda está definindo umas áreas, ainda não tem clareza dessa localização, é uma dificuldade a parte para gente conseguir localizar as áreas, mas está bem encaminhado. De toda forma, a gente está fazendo então uma intervenção de 840 metros quadrados e a compensação vai ser em 2352 metros quadrados. Então mostra que a compensação, ela já tem dentro da própria resolução do Estado aquela conversão. E, por se tratar de uma APP, ela tem que dobrar a quantidade a ser compensada. Então, futuramente a gente vai ter esse projeto, a gente pode até trazer aqui depois, só para mostrar como vai ser feita essa compensação, mas ela está prevista. Então, basicamente eu entendo que é isso. São as informações que a gente precisa para dar sequência no licenciamento da Alameda.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem conexão com a rodovia?

**SR. JUNIOR:** Não.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Ela é paralela à rodovia.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Ela é perpendicular. Não pega a AEASC.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Chega à rodovia sim, na lateral.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Sim, mas depois ela vira e sai da rodovia. Mas aqui ela é paralela.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Aqui é a rodovia, aqui é a via.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas ela não liga direto. Ela tem que virar.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Você tem que entrar aqui. entra aqui. Uma estradinha de terra do lado da Itaipu.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas ela tem uma curva ali e depois vai sair na rodovia.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Entra e vira à direita. Ela não é ligada direto, não.

**SR. ROBSON:** Só mais uma informação. A questão do das áreas de compensação. A gente está com um programa desenvolvendo na Secretaria de [...], a gente consegue mapear a fauna, flora, clima, para que a gente consiga fazer a recomposição adequada ao ambiente onde vai ser instalado o compartilhar compatível com a fauna, com as espécies adequadas para o plantio, para que a gente tenha um efeito maior ainda nessa ação de compensação, recuperação ambiental do subsolo.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROBSON:** Quem vai fazer a obra é a Secretaria de Agricultura, que hoje é Bem-estar animal, Desenvolvimento Rural e Bem-estar Animal. Foi no passado apenas para fazer o procedimento junto à CETESB, para obter a licença, para que depois a gente devolva toda a parte de reabertura de investimentos, eventualmente, é tudo feito pela Secretaria de Bem Estar Animal.

**SR. PAULO:** Eu acho assim. Paulo Mancini, da Veredas. É uma decisão judicial, cumpra-se, mas a gente tem obrigação de entender. Até quando falou a primeira vez, eu pensei que fosse alguma coisa fora do condomínio, mas até pelo nome da Alameda.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É fora do condomínio.

**SR. PAULO:** Essa é a dúvida que eu tenho, porque é esquisito ter um nome ali. E ela leva de que lugar, a que lugar? Ou seja, qual é o sentido dela, né? Porque ela está sendo usada, né? Se ela não estava sendo usada é porque algum setor ou pessoal de Itaipu ou proprietários rurais ao lado, não encontram ela. Teve uma pendenga judicial, a Justiça determinou que faça-se, faça-se. Mas a gente tem que entender por que que não estava usando. E agora vai ser usado? Vai ser usada para quê?

**SR. AGNALDO:** O acesso da fazenda.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Paulo, ali tem nome porque ali faz parte do Condomínio Itaipu. E como a gente sabe o condomínio...

**SR. PAULO:** Então faz parte ou não faz.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** O condomínio ali, tem nome por isso. Mas o condomínio não é condomínio fechado.

**SR. PAULO:** Exatamente.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Ele é fechado, mas ele não é fechado. Não é, André?

**SR. PAULO:** É isso que eu queria saber.

**SR. JUNIOR:** Mas não pertence ao condomínio.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Ao Alameda? Então porque tem nome no rural?

**SR. JUNIOR:** Ela é fora e ela era usada antigamente para acesso à área do [...] ele e os outros anos, o Itaipu. Só que agora ele quer usar essa Alameda, que é essa estradinha aí, que é o que o município durante muitos anos não deu nenhuma manutenção. Então agora tem que recuperar e voltar a dar manutenção.

**SR. PAULO:** Porque também o Itaipu não deixe que ele atravesse por dentro de Itaipu, né?

**SR. JUNIOR:** Ele deixa, mas na verdade, ele quer outra.

**SR. AGNALDO:** Ele deixava, mas ele está vendendo a área dele [...].

**SR. PAULO:** Não, tudo bem, entendi. Agradecido.

**SR. ROBSON:** A gente recebeu o ano passado, 2024 essa ordem judicial para dar cumprimento. A gente tem ali uma informação do processo de 2017, 13.056/2017. Não sei, não vou afirmar que esse é o cumprimento de sentença ou que é a ação original. Provavelmente deve ser a ação original, mas é um processo que ficou tramitando muito tempo na Justiça e aí a juíza condenou o município a abrir ou reabrir a via. E agora, com o cumprimento de sentença com multa diária se a gente não der seguimento e a gente chegou na Secretaria de Bem-Estar Animal, para o Meio Ambiente, para que nós déssemos continuidade no processo de licenciamento junto a CETESB.

**SR. PAULO:** Só uma sugestão. Quando vocês abrirem um dia que for para ver a compensação ambiental, convidar conselheiros, quem tiver sugestões para debater, porque deve ser uma compensação ambiental relativamente grande. Então é importante ver porque, às vezes, podem ajudar a formar um corredor ecológico...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É pequeno, Paulo.

**SR. PAULO:** Agora a gente não vai fazer isso mesmo. Então...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É 2 mil metros quadrados.

**SR. PAULO:** É uma sugestão.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Paulo, a compensação disso aí é pequena.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A intervenção é pequena, Paulo.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** A intervenção é pequena. Vezes acho que 1.6 mais 1, é 2 mil metros quadrados.

**SR. ROBSON:** Viu, Paulo, só para contribuir essa sua sugestão, Paulo. A gente, na secretaria, a gente... A intervenção é pequena também em si e a vegetação em estágio inicial, então, acaba realmente sendo a área reduzida. Só que para essa sua ideia, Paulo, a gente na secretaria tem um projeto interno de fazer um grande mapeamento no município para gente conseguir identificar as áreas que estão carentes de vegetação ou que a gente tem vegetação exótica ali, invadindo a área que a gente precisa estimular a

biodiversidade. Então, no momento que a gente tiver esse grande mapeamento, a ideia é a gente fazer uma prateleira de projetos dentro da secretaria. E aí, certamente, ter o COMDEMA do lado, vai ser super importante para validar, chancelar esse projeto.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** A própria Iniciativa Verde está sem do projeto. A Iniciativa Verde, que você pode contratar e fazer compensação, eles estão sem áreas, entendeu?

**SR. JUNIOR:** Uma ação que a gente já vem fazendo na secretaria. E aí acho que é legal vocês já terem ciência. A gente pegou todos os processos dos últimos anos de compensação. Nós estamos georreferenciamento as áreas para que nós tenhamos a certeza de onde tem, onde não tem compensação, onde está faltando e nós estamos incentivando aquelas áreas onde eles estão mais devastadas ou foram degradadas para recuperação, estão [...] aquelas áreas. Então todo o processo de compensação foi mapeado, está sendo mapeado nos últimos cinco anos, para que a gente tenha uma certeza, uma clareza da onde está precisando mais uma ação de recuperação mais rápida, uma intervenção mais adequada, isso já vem sendo feito na secretaria. Pessoal, podemos para gente avançar, o COMDEMA emite uma manifestação favorável para que a gente caminhe com esse processo junto a CETESB e a obtenção do licenciamento? Sim. Então, manifestação favorável do COMDEMA será emitida e a gente vai anexar ao processo junto a CETESB, ok? Próximo ponto da pauta, o ecoponto. Eu vou passar a palavra para o Eduardo. O Eduardo vai apresentar para vocês a questão do ecoponto.

**SR. EDUARDO:** Boa noite, Boa noite a todos. Eu, a princípio, não ia nem usar a apresentação porque acho que o ecoponto dispensa um pouco. Tudo bem, já que a gente tem aqui, só pedir para a luz apagar fica mais fácil. Então. O que esse projeto é parte de um estudo que nós estamos fazendo para implantação aí, ao longo do tempo, de seis ecopontos, de nove ecopontos no município. A gente está entendendo, a gente modificou a forma de gestão, teve uma melhoria grande na forma de condução da gestão e funcionamento dos ecopontos, como um equipamento importante no manuseio dos resíduos na cidade. E esse específico, porque que no Jardim Itamaraty? É um ponto mais crítico que a gente identificou desses seis, porque ele está inserido ali na área, que tem uma grande demanda de resíduos. A gente tem muita... Se puder colocar aquela apresentação primeira que você colocou na tela, que tenha as fotos, relatório fotográfico, que é a situação que a gente está vivenciando lá de descarte... Pode ir passando lentamente aqui, porque é o que a gente, infelizmente, vem vivenciando lá.

Então a gente tem repetidas situações de descarte irregular, de resíduos, basicamente de construção civil, principalmente na construção civil no bairro. A gente está, o Jardim Itamaraty, ele está situado na [...]. Então a gente tem que ficar fazendo repetidas ações de limpeza e elas são custosas, onerosas e, por mais que vá lá limpar já causou um dano, já teve um dano porque depositou resíduos, nesse meio aí pode ter algum resíduo que não é inerte e tudo e aí a gente não vai conseguir nem dimensionar o potencial de dano que está acontecendo aí. Então, como iniciativa, a gente separou o ecoponto Itamarati, como a gente está chamando, Projeto Ecoponto Itamarati. Desenvolvemos um processo específico para ele. Então, dentro desses seis, já entramos na Prefeitura, obtivemos a certidão de uso e ocupação do solo teve o positivo da Prefeitura, da Secretaria de Gestão de Cidade.

E agora a gente vem submeter ele aqui, como ele está dentro da Apren, eu acho que é importante a manifestação, é necessária a manifestação do COMDEMA. A gente vem tratando isso com o Ministério Público, Dr. Flávio Okamoto vem acompanhando a situação, a gente priorizou ele e submetemos esse projeto também proferido. Então nós avançamos na primeira etapa, o projeto foi selecionado. Agora, nós estamos fornecendo complementos de documentação e uma das coisas que a gente vai precisar é o parecer ambiental para implantação.

Então, trata-se de uma área, o ecoponto dispensa falar, uma área de transbordo de resíduo, da gente receber ali resíduos inertes. E a gente inserindo ele ali naquele ponto, a gente cria ali um dispositivo, a gente põe a presença do município ali e a gente insere um local ali como um dispositivo de proteção para o corpo hídrico, para o Monjolinho, para a bacia como um todo. Então, acho que é essa é a ideia. O crescimento previsto de obra lá, que a gente tem em torno de R\$ 500 mil, mais ou menos, é o custo da implantação e a gente está bem avançado para obter aí, pelo menos, 90% desse recurso oriundo da FEHIDRO. A gente está nessa etapa, então acho que é breve, até falei que vou fazer uma fala breve e acho que ecoponto, numa área que está sujeita e está sofrendo com descarte irregular e que a gente tem ali

a possibilidade de proteção. Então a gente escolheu por ser Apren e o FEHIDRO estava vendo com bons olhos isso, que é a proteção do corpo hídrico.

Então, acho que o Ministério Público, atendendo essa demanda, a gente escolheu ele para começar.

Então acho que isso, é bem breve. Acho que é isso.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Você tem a localização dele? Vai ser lá em cima ou vai ser lá embaixo?

**SR. EDUARDO:** Sim.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eduardo, está no livro, Memorial Descritivo, Página 13. Não é nesse lugar.

**SR. EDUARDO:** Tem que mudar... Que muda para o memorial.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Por favor, página 13, Anderson. Isso, aí. Esse é o Residencial Itamarati. Fala tamanho da área, o que a gente vai usar.

(falas sobrepostas)

**SR. EDUARDO:** Esse é o Itamaraty, está certinho.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Esse é o casarão que foi feito uma obra de drenagem com dissipador, não foi?

**SR. EDUARDO:** Faz bastante tempo já, faz bastante tempo.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem dois dissipadores e asfaltaram a rua lá em baixo.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É longe isso. Em outra área.

**SR. EDUARDO:** É mais para cima.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Isso, é mais para cima. Essa cidade Chibata, que dá quase com aquela que vai sentido...

(falas sobrepostas)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É área institucional?

**SR. EDUARDO:** Institucional, está dentro das seis áreas que a Prefeitura disponibilizou para os ecopontos.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Porque assim...

(pronunciamento fora do microfone)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Não é isso. É que assim, eu acho que aí é muito saída e ali é um bairro grande.

**SR. EDUARDO:** Ele vai ocupar parte da área. Uma parte dessa área.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Você tem o Maravilha, Tangará, o Douradinho. Você entendeu o que eu quis dizer? Tivesse uma área institucional mais centralizada.

**SR. EDUARDO:** A gente tem um estudo no Douradinho também. Mas esse é o que a gente está sofrendo mais com a questão do descarte. É aí que estão os maiores volumes em limpeza que a gente está fazendo. O risco, a gente entendeu aí. Pela questão da inserção, que também o Douradinho estaria, mas a questão da proteção do corpo hídrico foi fundamental para gente conseguir avançar no FEHIDRO. Então acho que por isso que a gente priorizou ele.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** A área do Parque do Parque Douradinho está na página 12. Se quiser mostrar para o pessoal também. Vai para cima. Esse é o do Douradinho.

**SR. EDUARDO:** Essa é a área que está disponibilizada. E aí também é parte da área também. Aí a matrícula como um todo, a gente vai usar a parte dela.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** 2 mil em uma área de 19 mil, é 1/10, é grande.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Aí não é perto de onde tem aquela cachoeirinha?

(falas sobrepostas)

**SR. PAULO:** Eu não tenho conhecimento quem hoje é o representante na FEHIDRO de São Carlos, que você citou FEHIDRO. Eu assim, estou por fora. Eu queria saber quem é.

**SR. EDUARDO:** O Alex do SAAE faz parte da Câmara Técnica.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Depende a bacia, nós temos duas bacias.

**SR. EDUARDO:** No 13, na Bacia Tietê Jacaré. A gente ingressou pelo Tietê Jacaré. No Mogi, não. O pois não.

**SR. PAULO:** Paulo Mancini da Veredas. Quero cumprimentar o Eduardo, do SAAE, pela conquista desse recurso através do Comitê de Bacia. A gente sabe a dificuldade que, às vezes, que é o município estar apresentando projetos do comitê e sobras, às vezes, recursos do comitê por falta de projetos ou de bons projetos. Agora, o que eu acho é que a gente sabe que o maior problema que hoje a gente tem de

resíduos em São Carlos é a disposição irregular de entulhos em toda a periferia da cidade. E a gente sabe que os ecopontos não dão conta. Até porque eles recebem resíduos de construção civil até um metro cúbico. Ou seja, de pequenos geradores. E nós temos disposição irregular, muitas vezes é clandestina, de grandes geradores. Eu acho que assim, a gente precisa ter um aterro inerte municipal, até para poder dar um controle sobre os custos que os aterros particulares de [...] estão cobrando. Porque eu não sei quanto está hoje, mas a última vez que eu vi estava R\$ 300, 400 o aluguel de uma caçamba.

Então, eu acho que é outro tema geral. A gente tem a Comissão de Gestão do Plano Municipal de Resíduos, eu acho que deveria estar debatendo e trazendo propostas e soluções, porque é a principal reclamação que a gente ouve, principalmente de quem mora nas periferias. Mas parabênizo porque já era para gente ter, pelo menos, uns 20 ecopontos na cidade e foram diminuídos. Chegamos a ter oito, depois diminuíram três, cinco e agora que vocês estão providenciando nove. Portanto... Mas não é o suficiente. Agradecido.

**SR. EDUARDO:** Eu acho que... Agradeço a fala, Paulo. Nesse sentido, o ecoponto é uma ferramenta, é parte. A gente começou a pouco lá a fiscalização, a exercer a fiscalização ambiental pelo SAAE, com foco nisso. Ela está sendo bem atuante, está funcionando. Eu acho que é um início de trabalho, a gente sistematizar bem e entendendo, como a gente tem essa situação de conhecer, mapear e tudo, a atuação em conjunto com a fiscalização da Prefeitura, como o Ministério Público tem nos acompanhado para o desenvolvimento desse trabalho. E o ecoponto está aí como uma ferramenta, a ideia é isso, a gente começar ou retomar, como o Paulo comentou, que a gente já teve mais ecopontos, então a gente retomar o que esse poderia ser o sétimo, porque a gente está em vias de pôr em operação, o sexto, no Santa Eudóxia, e esse seria o sétimo, então. E aí a gente ainda teria mais cinco previstos, que a gente vai trabalhando nisso, preparando o projeto, embasando, juntando a documentação correta, fazendo o caminho correto para a gente buscar nas fontes financiadoras, a gente buscar o recurso com segurança. Essa é a ideia.

**SR. ÉRICO:** Sou Érico, da Amabic. E parabéns, Eduardo, pela conquista. Acho que é muito importante a gente ver esse tipo de projeto. Em geral, os ecopontos que eu conheço funcionam bem, então eles atendem bem, do Paulistano, do Ipanema, que apesar de funciona bem, tem um problema, a pessoa chega na porta e deixa na porta do ecoponto. Isso acontece muito e enfim. A gente sabe que não basta ter a área, não basta ter a implantação da infraestrutura, mas também um projeto de educação ambiental. Eu acho que os grandes poluidores, a gente tem a justiça, o caminho deles não tem muito jeito, mas os pequenos, os que não sabem o impacto que causa você deixar lá um metro cúbico de entulho, esses a gente consegue atender com um planejamento de educação ambiental. Queria saber se existe alguma ação nesse sentido sendo tomada.

**SR. EDUARDO:** Sim, agradeço e eu vou agradecer e transferir, porque nós temos duas pessoas. Um está atrás de você, que é o Gabriel Blanco, que é o gerente de resíduos nosso. Ele conduziu o trabalho. A Priscila está aqui também, chefe do setor de resíduos lá. Então o trabalho foi deles, eu só estou fazendo a apresentação, então acho que está lá, a gente colabora na medida do possível. A questão de educação ambiental é fundamental. Ela, como coloquei aqui, o ecoponto é uma parte, o foco do pequeno gerador e tudo mais. Não adianta a gente achar que vai resolver só com ecoponto. Faço um paralelo com o que eu falei mais antes aqui sobre a drenagem. Cada solução para cada uma.

Então eu tenho que ter um piscinão, eu tenho que ter uma solução baseada na natureza para pequenas chuvas, uma solução para grandes chuvas. Aqui a gente tem solução para oferecer um descarte gratuito para o pequeno gerador, para também ter o município como um tutor da política de resíduo e tudo mais, operador da política de resíduos. Nós temos algumas ações maiores. Eu estou vendo o Anselmo se manifestando aqui, que passa por eles também lá na PROHAB, é uma ação que é importante lá. Acho que ele vai complementar. Mas a gente está trabalhando na estruturação do plano de resíduos específico da construção civil.

Então a gente tem mantido contato, inclusive professor Neto, lá da Federal, que é um especialista na área e tudo mais, a gente vem trazendo para o nosso lado esses especialistas para gente pensar o próprio modelo do ecoponto, mas o modelo com os geradores maiores e a questão da educação. E aí a gente fazendo a integração. Eu acho que não sei se eu respondi bem a pergunta, mas nós estamos indo nessa

linha agora. A gente tem um aliado importante, que acho que o Anselmo da PROHAB está ali. Acho que ele... Por favor, Anselmo.

**SR. ANSELMO:** Anselmo, da PROHAB. Nós estamos trabalhando agora, devemos fechar ainda essa semana, no início da próxima semana a reforma de uma casa dentro da 'Facuri' que vai ser uma escola de educação ambiental, a gente está levando a rede escolar para a cidade toda, tanto municipal, estadual e particular também, nós vamos estar dando aulas nessa escola de Educação Ambiental, provavelmente, a partir de setembro ou outubro.

**SR. EDUARDO:** Obrigado, Anselmo. Estive lá visitando recentemente. E acho que aí cabe ao SAAE como o prestador dos serviços, o gestor do serviço de resíduos do município, a gente vai procurar atuar em conjunto nessa parte de educação e coletando informações importantes ali para trazer para a política municipal mesmo.

**SRA. PRISCILA:** Pessoal, boa noite. Eu sou a Priscila do SAAE, agradecer o pessoal de estar aqui hoje, auxiliar a gente nesse projeto muito importante para o município de São Carlos. Constantemente nós, como conselheiros aqui, temos que trazer esses assuntos de relevância ambiental para o município para que a gente discuta eles e elabore. Então é muito importante esse momento aqui. Eu fico muito contente de ver todos aqui em busca desse bem comum. Então, professor Érico, respondendo à sua pergunta, eu sou chefe do setor de resíduos lá no SAAE, trabalho junto com o Gabriel. Atualmente, nós estamos assim, com a Comissão do PMGIRS, atualmente estamos fazendo as reuniões mensais com as instituições que já estavam no decreto anteriormente e outras que foram convidadas nesse ano, tinham a intenção de participar, como até alguns que estão aqui essa noite, acredito que participem dessas reuniões. Mensalmente, a gente tem essas discussões, o acompanhamento do PMGIRS, basicamente. E, dentro desse acompanhamento do PMGIRS, a gente cria subcomissões para gente elaborar as metas e ações do PMGIRS e isso está sendo feito desde 2023, começou na Secretaria de Meio Ambiente, atualmente foi para o SAAE, passou pela Rede de Cooperação da Prefeitura e, dentro dessas subcomissões, a gente começou a criar planos. Então, foi muito bom essa junção de ideias. E, a partir dessas subcomissões, fomos criando os planos. Então isso acabou vindo para o SAAE como atribuição nossa.

Então foi o que o Eduardo disse. Nós, atualmente, estamos executando um plano de coleta seletiva. Então é muito bom aproveitar o espaço para falar para vocês que a gente está em execução do plano de coleta seletiva. Estamos divulgando para pessoas que tem interesse na área de resíduos para participar das oficinas temáticas, das audiências públicas, inclusive a primeira audiência pública é no dia 27 de agosto. Então, se vocês tiverem interesse de participar, vamos divulgar, mas é muito importante a participação de todos. Então, executando o plano de coleta que vem de uma subcomissão dessa Comissão do PMGIRS, o plano de RCC, a gente conseguiu licitar a manifestação do plano de RCC também para a gente criar novos programas e diretrizes para a gente conseguir melhorar a questão da gestão dos resíduos de construção civil e, atualmente, também em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, elaborando o TR de Educação Ambiental para Resíduos, que foi elaborado pelo [...] no ano passado e agora a gente está fazendo um estudo também para fazer a licitação desse estudo. Eu acho que são esses resíduos, outros planos também, mas dentro do resíduo são esses, tá bom, professor?

**SR. EDUARDO:** Um último complemento também. Hoje nós recebemos lá no SAAE alguns representantes das empresas de caçambas, que operam caçambas de entulho no município. A gente está fazendo algumas ações de divulgação já com foco na educação. E a gente preparou até uma espécie de um folheto, um folder para que eles distribuam para os usuários em geral, sejam também propagadores dessa política. Então com slogan: 'a caçamba não é lixeira'.

Então, para gente também evitar para que, na caçamba, não vá o lixo domiciliar, a gente tenta evitar. Então melhorar a qualidade do resíduo ali na caçamba para também, de repente, não gerar aquela coisa assim, alguém chega lá, tira o que não serve, lança em via pública alguma coisa e leva só. Então é parte disso, a gente recebeu eles hoje lá, deve ser dado a divulgação disso aí tudo dessa iniciativa. E a gente tem também programado algumas campanhas de inserções em rádio, em jornais e tudo para a gente começar divulgar, mais uma parte de divulgação, não é necessariamente educação ambiental dentro do formal, mas é a divulgação para a gente fazer chegar na população em geral, usando os meios de comunicação que a gente tem aí, redes sociais, jornais, rádios e até televisão, talvez a gente faça com o PIV alguma coisa brevemente.

**SR. JUNIOR:** Obrigada, Eduardo. Podemos considerar uma manifestação favorável do COMDEMA a instalação e o seguimento do projeto do ecoponto do Itamarati? Sim, sim? Então unânime a manifestação favorável.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Só uma dúvida, era só o do Itamarati? Não eram todos?

**SR. JUNIOR:** Não, só do Itamarati.

**SRA. PRISCILA:** Essas são outras áreas que a gente pode fazer também.

**SR. EDUARDO:** E esse é o projeto total. O que nós estamos conseguindo o recurso e por isso que é o que a gente vai avançar no projeto para futuramente licitar a obra, esse é o do Itamarati. E aí, como a gente está pleiteando o recurso para os órgãos e tudo mais, então a gente precisa cumprir com toda a documentação ambiental do empreendimento.

**SR. JUNIOR:** Então foi assim, especificamente no Itamarati, esse ecoponto do Itamarati, ok? Dando sequência, gente, a gente tem o próximo ponto, acredito que seja a questão da compostagem lá na Horta Municipal. Desde o ano passado, só para vocês entenderem, a gente vem fazendo algumas ações de limpeza da horta municipal, com iniciativas para tentar restabelecer no espaço a ocupação pelo Poder Público, local que estava abandonado, local que estava cheio de mato, então a gente quer restabelecer ali a horta e também dar início a compostagem, seguir com projeto de compostagem.

A gente tem no município de São Carlos uma grande quantidade de massa verde proveniente de podas e roçadas, que está armazenada na garagem e, segundo técnico nosso, Everton, que trabalhou com resíduos do município anterior, quando ele veio por concurso aqui em São Carlos, a granulometria, volumetria adequada para compostagem e o material é muito rico para que nós deixemos lá na garagem parado. Então a gente vem com uma proposta de uma compostagem na parte mais ao fundo da Horta Municipal, onde nós fizemos agora no final de maio o plantio de 150 mudas de árvores nativas. Nós fizemos a limpeza, retirada de bambus, de leucenas e fizemos um cordão verde ali, com 150 mudas nativas, que a gente vem cuidando semanalmente e logo a gente terá o fechamento das divisas da horta municipal com esse cinturão verde. E a gente vem com essa proposta de nesse espaço, mais especificamente ali, naquele quadradinho vermelho, trabalharmos a questão da compostagem.

Essa compostagem inicial, ela é de pequeno porte, ela não necessita de autorização da CETESB, porque ela é até 500 quilos/dia e servirá de insumo para a própria horta. Então nós vamos usar essa compostagem depois do período dela de decomposição para os canteiros. Então ela é um insumo usado para questão da horta. Nós passamos na semana passada essa proposta pelo COMDUSC e agora estamos trazendo à proposta aqui para o COMDEMA para vocês tomem ciência. E também se alguém tiver especialidade e alguém tiver sugestões, contribuições, a secretaria está totalmente à disposição e querendo a participação, sugestões de como que a gente melhore esse processo. Mas a ideia é reativar a horta municipal, desde agora com uma compostagem pequena. Nós vamos fazer ali, provavelmente, três canteiros de 2x50, canteiros grandes logo na entrada. Então, provavelmente a gente vai ocupar aquele espaço da entrada. E ali é um local que, se o Poder Público não tomar conta, daqui a pouco nós vamos ter mais nada, até o portão já foi furtado de lá.

Então a gente fez uma limpeza. Ontem as máquinas estavam novamente gradeando a terra para que a gente comece a fazer alguma ocupação daquele espaço. Vocês receberam o projeto. Basicamente, vai ser três para um, três camadas de massa verde, uma camada de esterco bovino, que é para questão de auxiliar no processo. E as leiras serão montadas nas capacidades de 500 quilos/dia e o período mais ou menos dia de decomposição para uso é em torno de 90 dias. Então, basicamente, é esse o projeto. Se alguém tem alguma dúvida ou algum questionamento.

**SR. PAULO:** Tem um condomínio lá do lado?

**SR. JUNIOR:** Tem, ali tem um condomínio, Parque Espriado. Como a gente está prevendo nesse três para um, a ideia é que a gente faça, o esterco fique sendo bem coberto pela massa verde, justamente para mitigar a questão de cheiro. Esse é um cuidado que a gente já previa e nós vamos tá monitorando para tentar mitigar o máximo possível a questão do cheiro.

**SR. PAULO:** Perfeito. Paulo Mancini, da ONG Veredas. Quero cumprimentar a Secretaria por essa iniciativa. Eu só não compreendi direito porque colocar as leiras logo na entrada. Normalmente, quando era realizada a compostagem, a gente colocava no fundo.

**SR. JUNIOR:** Isso, Paulo. Só esclarecendo. Na entrada serão uns três canteiros de 2x50.

**SR. PAULO:** Ah, sim, agora entendi.

**SR. JUNIOR:** Então, na entrada é a horta, lá no fundo, na parte do fundo, onde tem uma caixa d'água na parte, aí sim.

**SR. PAULO:** O que eu gostaria de sugerir. Eu não sei se vocês já fizeram contato com os moradores do Parque do Espraiado.

**SR. JUNIOR:** Sim, sim. Amanhã, inclusive, amanhã, às dez horas, a gente vai estar com o senhor ali, que é o responsável pelo departamento e vai estar reunido com o pessoal do Espraiado, ali do condomínio para expor o que a gente pretende.

**SR. PAULO:** Até a sugestão é de que possa ser feita um trabalho junto aos moradores para coleta de orgânicos deles para usar na compostagem. Ou seja, integrar eles a esse processo. Porque ali eu acho que, no mínimo, uns 50 ou 60% dos moradores são pessoas de grande consciência ambiental. E como é muito próximo, facilita, ajuda e incorpora eles, porque o problema a gente sabe, é o odor. E eu imagino que vocês não estejam prevendo a aeração. Eu acho que deve-se pensar um projeto de aeração para que esse problema de odor diminua, porque a gente sabe que o odor vem devido à fermentação anaeróbica. Então, sendo aerado dificulta bastante você ter fermentação anaeróbica e mau cheiro. Mas parabéns pela iniciativa, uma hora podendo colaborar, eu estou à disposição.

**SR. JUNIOR:** A gente agradece. E a secretaria, nós recebemos diversas ligações do condomínio, assim que nós começamos a fazer a limpeza, o pessoal perguntando qual seria o uso, inclusive, essa reunião que vai ter amanhã às dez horas, foi chamada hoje por eles, porque nós fizemos ontem de novo lá uma limpeza no gradeamento da terra e eles estão assim, ansiosos para saber o que nós vamos fazer, porque era uma área que o mato tomava conta e que era frequentada por pessoas ali por diversos fins e aí escondiam produtos e furtos. E aí, agora, com a limpeza e com a reativação, a ideia é que a gente ocupe aquele espaço e evite esse problema que os vizinhos tinham. Porque a ideia de conta é que vocês também, se alguém, quem tiver conhecimento, quem puder contribuir, a secretaria está totalmente a disposição e conta com a ajuda de vocês, conselheiros, para que a gente aperfeiçoe o processo, para que a gente melhore e que evite qualquer tipo de impacto negativo. A ideia é justamente essa, reativar a horta e reativar esse espaço.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A outra já começou ou ainda não?

**SR. JUNIOR:** Ainda não. A gente está como a gente não consegue ainda ter segurança dentro do espaço, a gente está fazendo uma adaptação da estrutura do Horto para ser usada na horta. Então nós vamos bombear a água que existe no Horto das represas para o espaço da horta e aí a irrigação vai ser feito com maquinários que a gente tem no Horto. Até que a gente consiga, efetivamente, uma segurança e consiga ocupar aquele espaço.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem uma casinha lá. Vocês reformaram?

**SR. JUNIOR:** A casa ainda continua sem reforma. A gente fechou ela para que ninguém invada, mas ela ainda carece de reforma.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Ela está destruída.

**SR. JUNIOR:** Sim. Paulo.

**SR. PAULO:** Uma sugestão também, não sei se já tiveram essa iniciativa, é de integrar com os moradores do São Carlos 8. Através, às vezes, de colocação para ajudar na horta e talvez trabalho voluntário na horta para que eles sejam beneficiados com produtos da horta, fazer uma parceria porque a gente sabe que os roubos, as depredações que ocorrem vêm daqui mesmo. Então, é preciso ter uma integração, tem os salesianos que estão lá perto. É preciso se integrar para que os moradores ali tanto do Parque Espraiado, mas também de São Carlos 8, que são populações socialmente bastante diferenciadas, mas que elas assumam a horta como uma coisa que beneficiam eles também. Agradecido.

**SRA. SANDRA:** Boa noite. Meu nome é Sandra, sou da Embrapa e sou suplente. E eu acho muito interessante esses projetos, porque focam a economia circular e hoje em dia nós temos que fazer a mesmo aproveitamento de tudo. E eu falo isso também porque aqui, em São Carlos, todo ano tem... Todo ano não, faz dois anos que eu tenho participado, tem um evento sobre compostagem, não sei se alguém já participou, é lá no Hotel Nacional e esse ano vai ser agora em outubro na Esalq, vai ter uma feira sobre compostagem. Então eu acho que é um tema que deve ser ampliado. Não só... Vai ser acho que um estudo de caso agora, uma experiência. Mas assim, nós também estamos começando a trabalhar

com compostagem lá e se a gente puder também contribuir, a gente está à disposição e parabéns por todas as apresentações também, do Ecoponto, acho super importante. Eu sou natural, na verdade, de São Pedro. Eu vejo que a educação ambiental é muito importante porque as pessoas não respeitam as espécies locais. Meu filho trabalha com resíduos sólidos também, ele é engenheiro ambiental e parabéns por todas as apresentações. E eu queria falar que a gente está à disposição, não só também nesse projeto, como também na produção de mudas, das árvores. A Embrapa está à disposição, vamos colaborar.

**SR. JUNIOR:** Muito obrigado. A gente também, acho que é importante a parceria das instituições, da secretaria e ainda mais na mesma finalidade, vocês têm compostagem lá, a gente também. Então vamos conversar sim. A gente está vendo uma outra área, só a título de informação, Junto a PROHAB, junto a uma área da PROHAB, próximo ali da [...]. E, possivelmente, caminhando bem a gente consiga fazer o processo de compostagem em grande escala. E aí eles vamos entrar com resíduos de alimentos, processo na CETESB, mas isso é para um segundo momento, a gente já está vendo a questão da área. Já há uma conversa com o presidente da PROHAB e com o pessoal da PROHAB, o Anselmo também, o Cleber e o Marquinho, para gente viabilizar essa área para mais uma compostagem, aí uma compostagem numa escala maior. Ok? Pessoal, para gente avançar, então o COMDEMA se mostra favorável à implantação da compostagem lá na Horta Municipal? Sim? Ok. Vamos dar sequência então.

O próximo ponto, eu acho que já caminhando para as questões internas. A gente já discutiu junto à Câmara Técnica a questão da resolução que se trata da arborização do município de São Carlos. A gente tem hoje, atualmente, um decreto e nós temos uma resolução COMDEMA. Nós não temos uma lei específica que trata de arborização no município. Justamente hoje a gente assinou um contrato para que seja feito o Plano Municipal de Arborização Urbana. E aí, consequentemente, nós vamos ter uma lei para regulamentar essa situação. Enquanto esse projeto ainda vai caminhando, a gente sentiu a necessidade de trazer essa discussão, só lembrando, o decreto é de 2009, a resolução era de 2012 e, atualmente, a gente, no dia a dia, encontra bastante entraves na aplicação.

Uma das questões, só para vocês terem eventualmente aí, quem não teve contato. O padrão das mudas que a gente tem é um padrão de difícil comércio, além do custo bem elevado e também é difícil de ser encontrado. Então a gente tem uma grande dificuldade na compensação. A gente tem algumas situações que não são previstas ou que, eventualmente, tratam a pessoa que corta, ou que suprime ou a pessoa que tem uma queda natural, a compensação é a mesma pela legislação que nós temos hoje. E aí existem diferenças, se a pessoa corta por querer, eu acho que a punição dela tem que ser muito maior, a compensação tem que ser muito maior do que uma queda natural. A queda natural, o máximo exigido talvez uma reposição, que é talvez o que a gente tenha trabalhado na nova situação.

Então são algumas situações pontuais, mas que requerem uma revisão dessa legislação. Foi discutido na Câmara Técnica, não sei se o Robson quer complementar com alguma informação e aí hoje a gente trouxe a minuta para que o COMDEMA, para que o Conselho aqui no plenário vote, delibere e faça essas considerações, para que a gente avance nesse documento importante.

**SR. ROBSON:** Só complementando as questões que o Júnior adiantou na questão de melhorias atualizações que existem nessa proposta de alteração da resolução. O primeiro ponto é a questão de espécies exóticas invasoras. Essa atual resolução, ela trata da mesma forma que uma nativa, dá o mesmo valor para uma exótica invasora da mesma forma. Então a compensação é muito alta e ela por si só não incentiva com que haja uma extinção ou um trabalho para exterminar essas exóticas que comprometem muito a questão da biodiversidade da vegetação aqui em nosso município.

Então, a ideia sim é tirar, a gente precisa abrir o processo, precisa identificar que é uma árvore de leucena, só que a gente não precisa dar uma compensação para esse tipo de espécie e de outras que são consideradas invasoras. Um outro ponto também que a gente tem muita dificuldade, as formas de compensação. A gente entendia que, às vezes, só a doação de mudas, muitas vezes o horto não tinha capacidade de absorver todas elas, elas acabam não vingando ou, às vezes, era um plantio que a gente sofre com alguns locais, que o plantio acaba não dando certo, tem vazão, muita questão da educação ambiental também, resíduo acaba entrando na área de plantio e acaba não se estabelecendo e a gente entendeu que uma contrapartida financeira também poderia ser viável. Então, permitir uma terceira possibilidade de compensação, sendo que existe uma regra, um cálculo que foi estabelecido, que permite com que seja um valor e a gente destine para o Fundo Verde, o Fundo Verde, que é o fundo que é também

administrado, gerenciado pelo COMDEMA. Então, certamente o uso, a gente vai conversar, tem uma proposta do Renan, da gente conversar mais sobre o assunto, mas a gente pode ter atualização de valores a partir desse momento e pensar em utilizar o recurso que está sendo colocado nele.

Eu acho que é só uma contextualização. Depois, no final, a gente fez na Câmara Técnica cinco reuniões, todas registradas com ata, muitos aqui presentes participaram dessa conversa. Também teve aberto para outros consultores técnicos especialistas no assunto. No meu ponto de vista, foi bem bacana essas reuniões, a gente conseguiu dar espaço para todo mundo conversar, contribuir, fazer um compilado dessas informações. Também tem a questão que a gente intensificou um pouquinho mais das penalidades. Ser um pouquinho mais severo com a questão, na resolução anterior até valia a pena você cortar uma árvore e correr alguns riscos, mas só ter o custo de uma compensação não pagava a conta. Então isso acabou também sendo reparado com essa nova minuta de resolução.

Então, acredito que a gente seguiu um rito legal, sem nenhuma pressão, sem nenhuma cobrança. Se precisava de mais uma reunião, a gente fez. Entendemos que estamos num momento bacana de conversar. Espero que a maioria tenha conseguido dar uma lida no assunto para que a gente tenha um encaminhamento e poder trazer essa melhoria numa legislação que depois, com o plano de arborização que está vindo, vai ser complementar e acho que o município só tem a ganhar com o assunto. Não sei se algum membro da Câmara quer falar para gente ir dando sequência.

**SR. RENAN:** Renan, da APASC. Queria, na verdade, comentar mais sobre o método e o processo e parabenizar o Robson, o Junior, pelo desenvolvimento. Acho que às vezes a gente reclama muito das coisas, mas nesse processo eu gostaria de elogiar. Eu acho que é bem isso que a gente busca, dialogar, conversar. Eu acho que a gente fez quatro reuniões, cinco reuniões e foi bem legal, porque a gente foi ponto por ponto, foi achando várias inconsistências, várias coisas conflituosas que a gente conseguiu trazer umas coisas bem atuais, como a questão do serviço ambiental e coisas que estão bem atualizadas e o ambiente ali que cada um tinha talvez uma especificidade, uma visão, mas a gente conseguiu alinhar e trazer um produto bem legal no final. Eu acho que a gente conseguiu avançar bastante e do que a gente conseguiu enxergar, a gente conseguiu resolver muitas inconsistências que tinha. Então, parabenizar pelo produto final, acho que ficou bem bacana e acho que é interessante que a gente aprove e tal. Acho que ficou bem legal.

**SR. PAULO:** Paulo Mancini, da Veredas. Eu quero também cumprimentar o trabalho de todos que se envolveram, muito tempo, desde 2012, faz tempo que a gente sente uma série de necessidades. E vocês comentaram, mas eu imagino que vocês devem ter mexido também, porque um dos problemas que a gente tem na resolução atual vigente em relação ao tamanho dos canteiros de área permeável onde vão ser implantadas mudas, que eles têm que estar tendo como referência o tamanho da calçada, porque a gente tem calçadas com um metro.

Então, pela resolução atual, você não pode plantar árvore de jeito nenhum, mas é preferível a gente plantar alguma coisa, nem que seja um arbusto pequeno, porque não planta nada. Então imagina que eu quero me desculpar porque a gente está tendo uma experiência riquíssima, com um programa de arborização urbana, mas não consegui participar dessas reuniões. E por isso que eu parabenizo quem participou e efetuou. Muito agradecido.

**SR. JUNIOR:** Ok. Robson, tranquilo?

**SR. ROBSON:** Complementando. Primeiro, obrigado, Renan. Valeu pela pelas palavras. Também acho que tem o seu envolvimento, de outras pessoas, que realmente tem conhecimento do assunto contribui, dá riqueza para o assunto para chegar num produto mais próximo que atenda à realidade. E fica sempre em aberto essa Câmara Técnica para ser provocada. A gente ali como executor dessa legislação, certamente com o tempo, a gente vai atualizando vocês, se está dando efeito ou não, se realmente está vingando, se deu algum problema, se precisa ser revisto algum ponto, se faz sentido, eu acho que isso fica legal de ser debatido. Em relação ao que o Paulo comentou, a questão do porte de mudas a serem plantadas, questão do canteiro ali, que tem que ser adequado para a calçada, esse assunto que está sendo abordado no decreto municipal de 2009. Então ele que determina nessas condições.

Porém, como o Junior também comentou aqui, a gente está num processo de renovação desse plano, que vai gerar uma nova legislação. E a ideia aí, nesse caso, é copiar algumas boas práticas em outros municípios que a gente tem uma chamada chave de arborização. Então, de acordo com a largura da

calçada, a gente começa a identificar quais são as espécies para serem plantadas naquele local. Então o Plano de Arborização, ainda tem muita água para passar por essa ponte, muita conversa que a gente vai fazer e a gente consegue contribuir junto e [...].

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A gente já está... Só complementar aqui. A gente está usando já aquela chave arborizar de São Paulo, já estamos adaptando aqui para o município e a gente já está utilizando ela em algumas ações. Então, bem, complemento. Mas aí o Plano Municipal de Arborização ele vai, com certeza, auxiliar bastante.

**SR. JUNIOR:** Priscila. Depois Laerte.

**SRA. PRISCILA:** Na verdade, é uma pergunta para fazer. O Junior comentou no começo da apresentação a questão da compensação de árvores com risco de queda, que é uma coisa que eu queria que vocês comentassem aqui, que a gente fez essa regulamentação com o decreto novo... Primeiramente, parabenizar o trabalho de todos. Deu uns 13 anos para gente conseguir voltar nesse assunto, porque a primeira de 2012, agora a gente está fazendo uma de 2025. Parabenizar também a iniciativa de seguir com o Plano de Arborização Urbana que a gente começou, falhou, agora a gente vai voltar e vai voltar com tudo. Pelo que entendi, vai contratar um profissional incrível da arborização, que é o Demóstenes, pode fazer um trabalho de ponta. Quem já trabalhou ou trabalha na área de arborização sabe que o Demóstenes é o perito em arborização. Então a gente vai estar muito bem assessorado, pelo menos ao meu ver. Então é só isso mesmo, eu queria que... É que a gente discutiu isso na Câmara Técnica para ver como que vai ficar, porque algumas situações, a gente tem uma supressão [...] com risco de queda e tem outras situações que a gente precisa suprimir, fazer alguma alteração no empreendimento, eu vou fazer uma paragem. Então aí a gente teve essa discussão para ver qual seria a dosimetria dessa compensação. Vou pedir para o Robson explicar para gente, por favor.

**SR. ROBSON:** Esse assunto, Pri, a gente elencou algumas situações onde tinha a necessidade do corte da árvore ou necessidade de regularização ambiental por causa de uma queda da árvore e a compensação era trâmite normal que, tentava se estimar ali um DAP, que é o diâmetro ali na altura do pleito, em cima disso fazer uma compensação que muitas vezes você não tinha a responsabilidade em questões temporais acabam derrubando a árvore, questão sanitária, uma praga, tal e o proprietário da área tinha uma compensação ainda muito pesada. Então, em algumas situações, a gente conseguiu prever no sentido assim, se acontecer dessa forma, a compensação tem que ser um para um. A gente apenas recupera e incentiva um novo exemplar a surgir naquele mesmo local.

Então, assim, a gente não está incentivando o corte. Pelo contrário, é somente naquelas situações, uma queda que não estava prevista, questão de doença. Tem alguns outros itens que estão na legislação, mas é isso. A gente tem agora essa possibilidade de compensação um para um atendendo esses critérios, a gente só faz essa substituição para não tornar uma compensação inviável. Tiveram várias situações em que isso aconteceu. Caiu, o Junior até falou, caiu uma árvore e essa árvore foi em cima de uma outra dentro do proprietário da área particular e o cara tem que pagar acho que 80 multas, então é algo realmente muito caro e o porte das multas são grandes, então acabou ficando muito oneroso e a legislação não dava alternativa. Então acho que isso foi um avanço legal a gente discutiu.

**SRA. PRISCILA:** E esse decreto, então ele vai, ele vai substituir o de 2012? Então, a partir da regulamentação...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** O decreto de 2009 permanece.

**SRA. PRISCILA:** Isso, o decreto permanece, desculpa, a resolução. Essa resolução vai substituir a de 2012 se tiver o parecer positivo aqui, vai revogar a de 2012 e vai valer a de 2025.

**SR. JUNIOR:** A gente vai publicar, a partir disso, faz uma publicação, a partir da publicação, já começa a valer essa nova legislação já emitir um comunicado interno das secretarias e da equipe técnica que participou estar ciente dessa... Inclusive, nesse ponto aí que o Anderson colocou na tela. É legal que eu tentei, de alguma forma, pegar a assinatura de todos os envolvidos que participaram, que estavam de acordo. Então dá para dar uma chancelada nesse documento que eu achei interessante. Ali em cima, a gente tem as datas das cinco reuniões que aconteceram. Então assim, é um documento que mostra estar muito bem amarrado agora, em cima da votação, a gente deixa esse registro. E, em cima desse registro, em datas, em votos, a gente começa realmente a utilizá-lo.

**SR. LAERTE:** Laerte, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos. Eu não assinei este documento como representante da AEASC, então quando a Ana... Nós, como muito sempre foi colocado, o relator estava aqui, que nós não temos na área particular nos quintais autonomia numa legislação em que nós, o Estado, para fazer algum licenciamento ou alguma coisa no meu quintal. O meu quintal, a minha jabuticabeira, se um dia eu resolver tirar é Via rápida. Hoje é o Via rápida. Eu não tenho que dar satisfação para vocês. O Via rápida é que vai me dar, a CETESB. Então isso é nós... Não vou assinar. Por quê? A gente tem que buscar o quanto antes. Então, esse plano de arborização que, de fato, sai. Porque enquanto ele não sair, vocês vão ter as ações contra o proprietário, o proprietário e vai falar o quê? Eu não tenho o que fazer com vocês. Se você pegar bons técnicos e os técnicos estão fazendo isso aí. Então eu tenho que dar satisfação da minha jaqueira para vocês. Então, por isso que nós que nós, não assinei. Em decorrência disso. Porque também não foi dado um prazo para a gente mudar o decreto. Então, só para esclarecer a comissão e alguns membros do conselho. Vocês têm que estar preparados para essas demandas.

**SR. JUNIOR:** Legal, Laerte. A gente já conversou sobre esse assunto. Enfim.

**SR. LAERTE:** Só relatei.

**SR. JUNIOR:** É importante. E aquilo que a gente conversou nas nossas reuniões também. Apesar de existir uma lei municipal, existe um decreto que não tem o mesmo poder, mas de toda forma, a gente entende que o nosso decreto permite que, pelo menos, haja uma compensação, haja uma substituição, haja... Se você licenciar até dez árvores em Via Rápida, você não tem compensação nenhuma. Você simplesmente tira ela e fica a seu critério compensar ou não. Então existe um ganho ambiental com o decreto. Por mais que existe essas particularidades de ser muito punitiva em alguns momentos, exato, em questão da compensação, mas a gente tem esse lado que tem o ganho ambiental. Por isso a gente preza e insiste no decreto em si.

**SR. LAERTE:** Sim, nós também. Mas o que eu ponho sempre, enquanto não tiver o cara que que faz essa ligação, o decreto nesse item é que em qualquer lugar, ele é inócuo. É isso que a gente está falando, é inócuo nessa situação. A gente sabe do ganho [...], que tem que ser melhorada. E aí se demorar mais de dez anos, onde é que a gente vai chegar? Isso vai pegar [...]. As pessoas têm. Então é isso que a gente pede, uma agilidade.

**SR. JUNIOR:** Mas faz dez meses.

**SR. LAERTE:** Eu soube que o Governo contratou uma empresa que não tinha condições de fazê-lo. E aí a gente atrasou, pelo menos, [...].

**SR. JUNIOR:** Essa vez acho que vai dar certo. Tem o pessoal da Esalq, professor Demóstenes. Está tudo encaixado.

**SRA. ANA:** Junior, uma coisa que a gente tem que pensar é, se não for eleito, esse dinheiro pode ir para o fundo?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Não.

**SR. JUNIOR:** Precisáramos ver essa questão'.

**SRA. ANA:** Entendeu? Então quer dizer, tudo bem. Eu participei...

**SR. JUNIOR:** Você fala da compensação?

**SRA. ANA:** Sim. Hoje essa lei, ela está priorizando a compensação financeira. Sim. Isso foi discutido nas reuniões.

**SR. JUNIOR:** A prioridade é o plantio, é a recomposição. E aí não havia a possibilidade do plantio, ou a doação, ou o recurso. A gente o ano passado, Ana, só para exemplificar, nós queríamos reformar de alguma forma o Horto Municipal, as estruturas estavam todas caindo e a gente queria reformar as estufas. Tinha uma compensação de uma empresa que ia dar em torno de R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, R\$ 150 mil pela proporção de mudas, era 1500 mudas a R\$ 100, R\$ 150 mil. A gente queria reverter isso. Pedimos para a PGM, a PGM falou: a lei não autoriza, não há previsão de serviços de compensação pecuniária ou troca de serviços para a compensação ambiental. Por isso nós não pudemos fazer.

Então a ideia é, o dinheiro, é lógico que talvez a gente precisa ver a legislação do Fundo Verde para... Mas a ideia é reverter o valor em benefícios para o meio ambiente. Desde de reforma...

**SRA. ANA:** Eu sei, eu entendo tudo isso. Eu só falo assim a gente tem que pensar uma questão legal disso.

**SR. JUNIOR:** Nós estamos discutindo a questão do Fundo Verde junto com a Procuradoria, para gente entender... Tanto que a gente, de 2024 para cá, nós não mexemos em um centavo do Fundo Verde justamente por conta dessa insegurança, como a gente vai [...].

**SRA. ANA:** Por exemplo, eu falei para vocês nas reuniões, eu deixei claro. Araraquara funciona de uma maneira sensacional. Eles têm leis complementares. E aí, por exemplo, em 15 dias, a gente aprovou três empreendimentos lá e eles não teriam nem multas e nem dinheiro. Eles precisavam de um equipamento, sim, entendeu? Mas eles têm através da lei complementar.

**SR. JOÃO:** Então não pode prejudicar esse antes de esclarecer do jurídico, porque eu creio que precisa... Se não for na lei do fundo, tem que ter uma legislação para receber esse dinheiro do fundo.

**SR. JUNIOR:** A gente só precisa então ver a questão se está vinculada ao Fundo Verde. Se tiver vinculado ao Fundo Verde talvez a gente tire essa vinculação ao Fundo Verde, especificamente, dinheiro. Porque a ideia não é dinheiro. A ideia é serviço.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** E também, na verdade assim, depois da aprovação aqui no Conselho, ficou acertado da gente passar na PGR também para não só simplesmente a divulgação no Diário, mas precisa ter um parecer jurídico. Caso esse item não seja aplicado, a gente não faria contrapartida na questão financeira, mas seguiria com as compensações da forma que se segue hoje. Da mesma forma que aqui já tem essa exigência, por mais que não haja uma lei municipal. Mas é importante registrar que a PGR tem que dar um aval.

**SR. JUNIOR:** A ideia depois é validar com a PGR essa resolução.

**SRA. ANA:** Mas eu acho que é interessante vocês conversarem com a PGM sobre essas questões.

**SR. JUNIOR:** Sim, bem colocado.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Laerte, a Ana se envolveu.

**SR. PAULO:** Eu acho que a legislação do Fundo Verde...  
(falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** Pessoal, vamos lá, para gente avançar. Paulo?

**SR. PAULO:** Não, eu creio que a legislação do Fundo Verde dá conta de atender.

**SR. JUNIOR:** A gente vai verificar e para PGM essa situação e aí, a depender do parecer da PGM, a gente volta para o COMDEMA.

**SR. PAULO:** Podemos aprovar isso mediante essa condição.

**SR. JUNIOR:** A gente aprova uma minuta. Essa minuta vai para a PGM, a PGM dá o parecer e volta para o Conselho. Ok? Podemos encaminhar a minuta com a aprovação prévia para submissão a PGM para depois retornar da aprovação final? Sim? Então maravilha. Então, o último ponto para gente finalizar é outro assunto interno, que é o Regimento Interno, que é o Regimento do Conselho. Houve uma grande discussão também, acho que foram a duas ou três reuniões da Câmara Técnica e avançou bastante.

Eu acho que um ponto, da última reunião não pude participar, que estava numa outra reunião, mas que o Robson passou é a questão das reuniões mensais. A gente refletiu também e acho que não tem problema algum a gente estabelecendo um calendário de reuniões nas últimas quintas-feiras dos meses, enfim. Não vai contrariar a lei. E, ao mesmo tempo, a gente contempla a necessidade, a solicitação de todos em termos do calendário.

Então, a gente, a partir da próxima semana, a gente define esse calendário para as últimas quintas-feiras, como sempre foi. A ideia já era manter as últimas quintas-feiras para gente estabelecer no calendário. É o Artigo 13. Então elas ocorrerão mensalmente, preferencialmente nas últimas quintas-feiras. Ela não vai estar ferindo a lei, a nova lei publicada e também vai estar a contento de todos os conselheiros, conforme foi colocado.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Nesse item também, a Talita tinha comentado, a questão de como a gente também faria a questão da não convocação, do cancelamento de uma reunião, sabe se tinha que deixar isso formalizado? Porque se a gente está falando que vai ser mensal, estamos gravando que vai ser mensal, mas aí está dando essa possibilidade de ser mensal, mas no caso de uma ausência de convocação, teoricamente entende-se que ela não acontecerá mensalmente.

**SR. JUNIOR:** E o ponto que eu achei bem interessante, e aí é um avanço para nós, é a questão das reuniões mundo online. A tecnologia está aí, a gente cada vez mais participa desse tipo de reunião e isso

é um grande avanço que nós não tínhamos no regime anterior. Isso eu acho que vai facilitar bastante a depender da situação. Do regimento, alguém tem alguma consideração ou algo a acrescentar? Rita.

**SRA. RITA:** Rita, da Associação de Moradores. Então, essa questão só das reuniões online, ela é uma questão delicada, porque precisa ter toda a tecnologia bem estruturada e tem problemas de segurança digital, etc. E a gente discutiu que isso pode causar problemas no caso de ter que divulgar para a população eventualmente participar. Eu sei que aqui praticamente não tem participado, mas eventualmente acontece de ter que participar e como que vai ser? Como vai ser a entrada, etc. Isso tinha ficado meio obscuro aí.

**SR. JUNIOR:** A ideia. A Prefeitura veio numa contratação de uma reformulação do site oficial da Prefeitura. Depois, acredito que até o final do ano, a gente já tenha uma novidade. E aí a gente vai poder disponibilizar no site de uma maneira mais fácil, mas de alguma forma, a gente vai ter que dar publicidade dessas reuniões e vai ser aberto. Eu lembro que algo que ficou assim, a responsabilidade da coordenação por conta de alguma invasão, aí não dá porque nem o Banco Central, os Estados Unidos têm invasão, não tem como a coordenação do Conselho ficar responsável. Mas a gente. A ideia, pelo menos na minha concepção, é que a gente continua com as reuniões presenciais, excepcionalmente online, mas a gente pode ir aprimorando essa tecnologia e indo da melhor maneira, com certeza. Renan.

**SR. RENAN:** Renan, da APASC. Queria de novo comentar sobre a metodologia do processo. Eu acho que isso foi um pouco mais curto do que o anterior, mas eu acho que cumpriu o que a gente precisava, acho que a gente conseguiu passar por tudo. A sociedade civil chegou a fazer várias sugestões por escrito e tal, acho que 90% foi aprovado e 10% chegou a um consenso. Então, acho que foi um processo bem legal de construção, acho que conseguiu contemplar tudo o que a gente esperava.

Então, parabeno também pelo processo, porque acho que conseguimos um final assim, que está bem mais atualizado, porque tinha umas coisas bem atrasada e a gente conseguiu trazer para hoje com essas ressalvas e melhorias. Então, achei bem legal. E uma coisa da foto anterior, esqueci de comentar, que a gente conseguir divulgar bem, de outras pessoas saberem que vai ter uma nova resolução e tal, porque vai uma coisa que vai impactar bastante e vê que está atualizando, vamos trabalhando nisso. Acho que é bem legal.

**SR. JUNIOR:** Sim. Depois a gente pode pedir para fazer a Prefeitura divulgar uma matéria sobre a atualização da resolução, também do Regimento. E a ideia do Conselho, nossa ideia, juntamente com vocês é que cada vez a gente melhorar o processo em benefício do meio ambiente. Acho que todo mundo aqui está na mesma toada. Todo mundo quer que a cidade evolua do ponto de vista ambiental, melhore a questão de qualidade hídrica, do ar. A gente vem trabalhando agora nas questões de mudanças climáticas, a gente está criando um grupo, já criou o grupo, agora a gente está implementando a comissão, já foi para PGM para publicar o decreto, para gente discutir as questões climáticas e vem no processo, a gente busca um processo de melhoria constante e a gente conta com todos do Conselho e é essa a ideia, é participar mesmo, de uma maneira efetiva para a gente conseguir avançar.

O Plano Diretor tem sido discutido em reuniões de Câmara, comissão mista, já foi a comissão interna, enfim. Tem tudo para avançar e a gente tem que buscar a priorização das soluções baseadas na natureza, dos corredores ecológicos para que a gente melhore o [...] ambiental.

**SR. RENAN:** Só então, o último ponto, já que vocês comentaram disso, a gente chegou a falar sobre a importância das pautas, de sugerir pautas. Aí teve até aquele e-mail, que eu trouxe alguns pontos de sugestão que a gente poderia avaliar. E no último, eu deixei até essa questão do Plano Diretor, que era interessante a gente se envolver como Conselho nesse processo. Pelo que eu fiquei sabendo, já existe uma comissão da Prefeitura, uma de acompanhamento, mas não tem nada ali dos ambientais, da secretaria, da secretaria acho que tem, mas entidades ambientalistas e tal. E parece que a primeira proposta da Prefeitura de alteração já reduz a área verde, já tem várias mudanças assim, na faixa complementar, as coisas assim.

**SR. JUNIOR:** Não, não. O que foi feito foi uma inconsistência do Plano Diretor, mas se você ver, no próprio Plano Diretor, vão ter as discussões, o André que conduz o processo, ele está aqui, ele pode... Mas vão ter as discussões a partir do mês de setembro, as audiências públicas, tem os eixos temáticos, as comissões de cada eixo temático, mas essa ideia de diminuir a área verde, isso não procede.

**SR. RENAN:** Eu posso ter entendido errado, mas a minha sugestão, o que eu queria dizer, é que seria legal, talvez que uma Câmara Técnica debatesse a parte ambiental do Plano Diretor e tivesse pareceres.

**SR. JUNIOR:** André, a Câmara Técnica é Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, que foi constituída?

**SR. ANDRÉ:** Exatamente.

**SR. JUNIOR:** A professora é a Renata Bovo, onde esteve participando da reunião mista, juntamente com uma representante de uma entidade ambientalista, que eu esqueci o nome agora, mas está tendo. E, a partir de setembro, começaram as audiências públicas, reuniões públicas, temáticas, vai ter todo esse envolvimento sim.

**SR. RENAN:** Se tiver o COMDEMA como conselho contribuir também, além de outras câmaras, outras coisas, acho que seria bem legal.

**SR. JUNIOR:** Perfeito. Pessoal...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Só para aproveitar o assunto. Até o momento de entender certinho também como vocês gostariam de participar desse assunto, porque a gente já tem algumas câmaras rolando, eu não sei se daria para fazer uma câmara temática dentro do COMDEMA e todo mundo participaria ou se vocês participariam de outras reuniões para serem convocadas. A questão é que precisaria dar um pouquinho mais de tempo, porque tem uma leitura de todo Plano Diretor, entender ele melhor. Então assim, tem que ter uma dedicação de tempo para poder contribuir dentro do assunto, claramente dá para fazer algumas ponderações, mas seria bacana, antes de entrar nessa comissão, entender realmente todo o dispositivo. Então, acho que fica em aberto a questão de como vocês gostariam de participar do assunto, a gente convocá-los e trazê-los nos momentos oportunos.

**SR. JUNIOR:** E vamos conversando dentro do Conselho para a gente ver a melhor participação, com certeza. Sobre o Regimento, podemos considerar o Regimento aprovado? Conselho do COMDEMA aprova o Regimento? Podemos validá-lo? Sim? Então, está aprovado o Regimento Interno. E esse era o último ponto da pequena pauta de véspera de feriado. Então, obrigado a todos. Agradeço a paciência e avançando um pouco o horário, mas conseguimos finalizar a pauta. Bom feriado.